

MANUAL DE IMPLEMENTAÇÃO DOS PROCESSOS E AÇÕES DO NAPNE NO IFPI

Amaya de Oliveira Santos
Jalva Lília Rabelo de Sousa



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI)
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
(PROFEPT)
CAMPUS PARNAÍBA**

PESQUISA E ELABORAÇÃO

Amaya de Oliveira Santos

Mestranda ProfEPT IFPI – Campus Parnaíba

amayaoliveira@ifpi.edu.br

Profa. Dra. Jalva Lilia Rabelo de Sousa

Docente ProfEPT IFPI – Campus Parnaíba

jalva@ifpi.edu.br

PROJETO GRÁFICO

Jéssica Castro (Sinergia Assessoria)

sinergiaassessoria1@gmail.com

Desenho da capa

Maria Luisa de Oliveira Santos Ribeiro

(10 anos)

Santos, Amaya de Oliveira

S237m Manual de implementação dos processos e ações do NAPNE no IFPI /
Amaya de Oliveira Santos. - Parnaíba - PI, 2023.

73 f. il.

Produto da Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, 2023.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jalva Lilia Rabelo de Sousa.

1. Educação Especial - Inclusão. 2. Acesso - Educação. 3. Permanência - Educação. I. Título

CDD - 371.9

Elaborado por Josué de Moura Costa CRB3/1130



LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
AMA-TE	Associação de Amigos dos Autistas do Território da Serra da Capivara
ASADEF	Associação São Raimundense de Deficiente Físico
ASPIDEV	Associação Sul-Piauiense de Deficiência Visual
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CID - 11	Código Internacional de Doença
COMUDE	Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiências
CONSUP	Conselho Superior
COPE	Coordenação Pedagógica
COVID-19	Coronavírus Disease
DI	Deficiência Intelectual
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
IBC	Instituto Benjamin Constant
IFPI	Instituto Federal do Piauí
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
MEC	Ministério de Educação e Cultura
NAPNE	Núcleo de Atendimento às pessoas com Necessidades Específicas
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígenas
NEE	Necessidades Educacionais Específicas
PCD	Pessoa com Deficiência
PEI	Plano Educacional Individual
PROFEPT	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
SEESP	Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIFAE	Sistema de Fluxo de Atendimento ao Estudante
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
TDAH	Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade
TEA	Transtorno do Espectro do Autismo
TEC NEP	Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais
TOD	Transtorno Opositor Desafiador

Lista de Figuras

Figura 1 – 3º diretor do IBC: Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1869 - 1889)	12
Figura 2 – Instituto Benjamin Constant	13
Figura 3 – Sede do INES	15
Figura 4 – Fases da educação das pessoas com deficiência	16
Figura 5 – Organograma da Pró-Reitoria de Ensino	32
Figura 6 – Dimensões relacionadas às barreiras que devem ser superadas	34
Figura 7 – Barreiras da acessibilidade	35
Figura 8 - Caminhos para uma gestão inclusiva	36
Figura 9 - Ações realizadas no IFPI-Campus de São Raimundo Nonato	36
Figura 10 – Ações realizadas no IFPI-Campus de São Raimundo Nonato	37
Figura 11 – Ações realizadas no IFPI-Campus de São Raimundo Nonato	37
Figura 12 – Etapas do processo	37
Figura 13 – Questões norteadoras	43
Figura 14 – Símbolos geométricos e o significado dentro do fluxo	45
Figura 15 – Proposta de Fluxograma dos processos do NAPNE no IFPI	45
Figura 16 - Fluxograma de acesso	46
Figura 17 - Fluxograma permanência	48
Figura 18 – Os componentes do PEI	50
Figura 19 – Divulgação do I Fórum no Boletim de Notícias	51
Figura 20 – Evento: I Fórum de Libras: 13 anos de lutas e conquistas	51
Figura 21 – Evento: II Fórum de Libras	52
Figura 22 – Logomarca o I Seminário de Libras do território da Serra da Capivara	53
Figura 23 – Evento I Seminário de Libras do território da Serra da Capivara	53
Figura 24 - Evento de Kits na Sala de Recursos Multifuncionais	55
Figura 25 – Logo da Jornada de Conscientização do Autismo	56
Figura 26 – Palestra: Jornada de Conscientização do Autismo	56
Figura 27 – Palestra: Jornada de Conscientização do Autismo	56
Figura 28 – Êxito	59
Figura 29 - Capa do Projeto Guarda-chuva	64



SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: VAMOS INCLUIR?	9
Trajetória da Educação das Pessoas com	10
A Inclusão na Educação Profissional e Tecnológica	10
CAPÍTULO 2: A POLÍTICA DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI)	21
Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE.....	25
Passos para Implantação e Renovação	31
CAPÍTULO 3: AÇÕES GERENCIAIS	32
Ações de Acessibilidade no IFPI-Campus São Raimundo Nonato	36
CAPÍTULO 4: GRUPO FOCAL COMO TÉCNICA ÁRA IMERSÃO DE MEMÓRIAS RECENTES NOS PROCESSOS DE ATENDIMENTO DO NAPNE - ESTUDO DE CASO	37
Instrumento de Coleta de Dados - Apresentação de Casos.....	38
Caso Benjamin	39
Caso André	39
CAPÍTULO 5: FLUXOGRAMA DOS PROCESSOS E AÇÕES	44
Fluxo de Acesso	46
Processos e Ações para o Acesso	46
Fluxo da Permanência	48
Processos e Ações para Permanência	49
O Plano Educacional Individual - PEI 49	
Memórias Recentes das Ações Inclusivas no IFPI-Campus São Raimundo Nonato	50
Calendário Inclusivo	57
Roteiro de Atividades	59
Fluxo do Êxito	60
Processos e Ações para o Êxito	60
10 Passos para ser uma Instituição Inclusiva	63
CAPÍTULO 6: Proposta de Projetos Futuros	63
Proposta Projeto Guarda-Chuva	63
6 REFERÊNCIAS	66
APÊNDICE A	70

Apresentação

Este Manual de Implementação dos Processos e Ações do NAPNE no IFPI refere-se a parte-integrante dos resultados da pesquisa do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Piauí, PROFEPT da Instituição Associada IFPI, Campus Parnaíba, resultado da dissertação tendo como orientadora a Dr^a Jalva Lília Rabelo de Sousa.

A dissertação intitulada Memórias, Histórias e Processos do NAPNE: Fomento das Políticas de Inclusão como Estratégia de Acesso, Permanência e Êxito dos Discentes no IFPI. Tem como objetivos identificar os processos e ações do NAPNE no desenvolvimento de estratégias pedagógicas e gerenciais de acesso, permanência e êxito dos discentes com necessidades específicas, e tem como objetivos específicos: analisar as inter-relações entre os membros do NAPNE e os gestores institucionais no cumprimento da política de diversidade e inclusão; mapear os processos de acompanhamento dos alunos com necessidades específicas; e, desenvolver um produto educacional por meio de um manual de implementação dos processos de atendimento do NAPNE.

O Manual de Implementação dos Processos e Ações do NAPNE no IFPI tem como objetivo geral: propor a implementação de processos e ações para inclusão das pessoas com deficiências e necessidades específicas desde o acesso, permanência e êxito e como objetivos específicos: registrar as memórias recentes desenvolvidas pelo NAPNE; propor um fluxograma para nortear os processos e ações do NAPNE no IFPI.

Realizou um estudo multicase em 05 (cinco) campi do IFPI: Corrente, Paulistana, São João do Piauí, São Raimundo Nonato e Uruçuí. A pesquisa permeia pela linha de Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) abrangendo o Macroprojeto 6: Organização de Espaços Pedagógicos na EPT com a finalidade de investigar e auxiliar a atuação do NAPNE.

O desenvolvimento da pesquisa se deu em 3 etapas. A primeira contemplando a história de memórias dos NAPNEs e das ações de inclusão das pessoas com deficiências e necessidades específicas dos campi. Na 2^a etapa entrevistas com gestores do IFPI: reitor, pró-reitor de ensino, diretores gerais e de ensino.

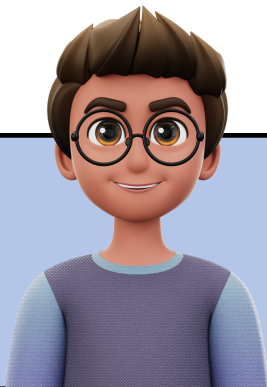


Já na 3ª etapa um Grupo Focal como membros do NAPNE como a finalidade é identificar os processos e ações que estão sendo desenvolvidas nesses campi e objetivando a construção e sistematização de fluxograma que contemple os processos e ações para o NAPNE no IFPI.

O manual consiste em orientações e sugestões para subsidiar a atuação dos NAPNEs, visando nortear os processos e ações por meio da proposta de um fluxograma que foi construído a partir das análises das coletas de dados da pesquisa, como proposta de organizar o atendimento aos alunos com necessidades específicas desde o acesso, a permanência e o êxito.



RELATOS



Olá, sou o Benjamin, aluno do curso de informática do IFPI, vou apresentar para você o Manual de Implementação dos Processos e Ações do NAPNE no IFPI.

No capítulo 1: Vamos conhecer um pouco da história da educação das pessoas com deficiências, as fases de exclusão, segregação, integração e inclusão e as primeiras escolas especiais do Brasil.

No capítulo 2: Aborda a Política de Diversidade e Inclusão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) e as competências e finalidades NAPNE. Como também o seu público e algumas dicas e sugestões de acompanhamento para o acesso, a permanência e o êxito do discente no IFPI.

No capítulo 3: Será abordado sobre ações gerenciais com uma discussão sobre o papel da gestão no processo de inclusão e das dimensões de acessibilidade, com exemplos de ações desenvolvidas no IFPI. Bem como, algumas as barreiras encontradas e algumas sugestões de estratégias para a promoção de uma gestão inclusiva.

Olá! Sou o André, estou dentro do Transtorno do Espectro do Autismo e estudo o curso Integrado ao Médio de Administração, vou continuar a apresentando o que consta neste Manual.



No capítulo 4: Descreve o grupo focal como técnica para imersão de memórias recentes nos processos de atendimento do NAPNE, trabalhando com o desenvolvimento de estudos de casos como proposta de discussão e nortear as ações do núcleo no processo de inclusão desde o acesso, permanência e êxito. Você encontrará o caso de 2 alunos: Benjamin, aluno com deficiência visual, e André, aluno autista.

No capítulo 5: É proposto um fluxograma dos processos e ações para o NAPNE no IFPI. O fluxograma é dividido em 3 eixos: acesso, permanência e êxito. É proposto fluxo de processos e ações para acompanhamento dos discentes na instituição.

No capítulo 6: Possui uma proposta de projeto futuro contemplando na modalidade de extensão com a finalidade de realização de uma formação para a utilização e implementação deste Manual nos campi do IFPI.



CAPÍTULO 1: VAMOS INCLUIR?

Convido-os para refletirmos sobre a inclusão escolar das pessoas com deficiências no Instituto Federal de Educação iniciando com um convite: - Vamos Incluir? Para isso, imagine que você trabalha em um Campus do Instituto Federal de Educação e vai receber, através de ações afirmativas, como também pela ampla concorrência alunos com deficiências e com outras necessidades educacionais específicas.

Imaginem os alunos com deficiências e necessidades específicas que podem estar ingressando como: Deficiência Física, Intelectual, Baixa-Visão ou Deficiência Visual, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Pessoas Surdas e com Deficiência Auditiva, com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtorno Opositor Desafiador (TOD), Dislexia, dentre outras. Enquanto servidores dessa instituição, podem questionar: como devemos recebê-los? Quais características especificidades dessas deficiências e necessidades específicas? Que processos e ações devem-se ser feitos para a inclusão desde o acesso, para garantir a sua permanência, participação e para o seu êxito?

Tenho certeza de que muitas dúvidas vão surgir, até para quem tem experiência com esse público. Assim percebam que uns dos primeiros passos é garantir o acesso e buscar, conhecer cada aluno e suas especificidades, que se diferenciam, mesmo se forem dois autistas, pois até mesmo se forem irmãos precisará de um acompanhamento específico. Necessitará traçar as estratégias, as adaptações, os processos e ações numa perspectiva inclusiva, sendo importante conhecer o seu aluno e sua individualidade.

Agora, imagine-se como um gestor (reitor, pró-reitor, diretor ou coordenador e técnico administrativo), e analise a sua instituição: o acesso será possível, tem acessibilidade arquitetônica, atitudinal, programática e curricular. Possui um Núcleo ativo e especializado com um espaço próprio e uma equipe multiprofissional para esse acompanhamento? A instituição possui uma política de educação especial e inclusiva que atenda a diversidade? possui programa de capacitação sobre inclusão e diversidade? Que estratégias gerenciais você como gestor pode executar para incluí-los?

Agora, imagine-se como professor, de que forma vou incluí-los em sala de aula, quais estratégias, metodologias e adaptações utilizar? Como levá-los a compreender os conteúdos e adquirir as competências e habilidades para o seu desenvolvimento e aprendizagem? Eh! professor, são muitas incógnitas! Mas desde já afirmamos que você



é uma das peças fundamentais nesse processo. Você tem nas mãos o poder de transformar a educação de seus alunos, claro, juntamente com todos que fazem parte da instituição.

Pressuponha agora, que você faz ou fará do NAPNE! Como nortear todos que fazem parte da instituição nesse processo de inclusão? Que fluxo devem seguir para execução dos processos e ações na instituição? Sabemos que o NAPNE norteia e executa a Política e Inclusão e Diversidade no IFPI, que assim, precisa-se também uma equipe de profissionais de diferentes áreas e que também tenham suporte materiais e de formações para alcançar suas finalidades e competências e que todos: gestão, professores, servidores e toda comunidade escolar atuem em união nesse processo de inclusão.

Diante de todos esses questionamentos, podemos afirmar que, para a inclusão de alunos com ou sem deficiência necessita de um trabalho em conjunto, não apenas com a comunidade escolar, mas com o próprio aluno e sua família. Partindo desse pressuposto, entende-se a inclusão como uma responsabilidade de toda a instituição desde a alta gestão, a todos que fazem parte da comunidade escolar interna e externa.

No entanto, sabemos que não é uma tarefa tão simples e precisamos conhecer as fundamentações legais e ampliar as políticas institucionais voltadas às pessoas com deficiências e com necessidades educacionais específicas. E para isso, devem ser executados várias ações e processos para que favoreça e propicie que toda a equipe escolar esteja apta e sensíveis a proposta de inclusão que garanta os direitos legais e constitucionais desde o seu acesso, a sua permanência até o êxito com integralização de seu curso na instituição e a sua inserção no mundo do trabalho.

Afirmamos de forma categórica, que são muitos caminhos com diferentes procedimentos e ações que podem ser adotados nesse processo de inclusão. A partir dos estudos e pesquisa feita durante o Mestrado apresentaremos neste Manual uma proposta de implementação de ações e processos que podem ser executados pelos NAPNEs no IFPI de forma a orientar e nortear também a gestão e todos que fazem parte desta instituição de ensino.



Trajetória da Educação das Pessoas com Deficiências

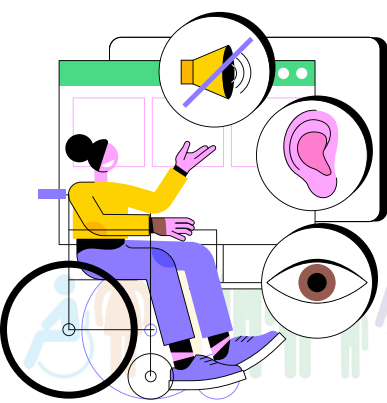
A inclusão das pessoas com deficiências vem avançando ao longo dos anos, instigado por um movimento mundial, consequentemente, pelas mudanças sociais, avanço nos aspectos legais e educacionais. No entanto, a trajetória de busca por uma inclusão efetiva sempre foi árdua e prolongada, que foi marcada por um período de exclusão total, em que o direito constitucional até mesmo a vida era negada. Passando depois para um período que se adotava um modelo de educação especial predominantemente de segregação, onde eram negados o acesso ao sistema de ensino regular, sendo esse, um período marcado pela criação de escolas especiais.

No Brasil, a criação das primeiras escolas especiais ocorreu no século XIX, também influenciado pelos movimentos internacionais da época. No princípio essa educação era baseada num modelo médico e assistencialista com foco na deficiência e numa perspectiva de reabilitação e “curativa”. As escolas especiais se organizaram num conceito de normalidade/anormalidade, e atuando no atendimento clínico-terapêutico fortemente ancorado nos testes psicométricos que, por meio de diagnósticos que definiam as práticas escolares para os alunos com deficiências.

De acordo com Jannuzzi (2006) a história da Educação Especial no Brasil tem início por meados do século XIX com escolas que eram anexas a hospitais psiquiátricos e seguindo as instituições especializadas. Nesse primeiro momento da história da educação das pessoas com deficiências no Brasil foi caracterizado pela segregação. Durante muito tempo a educação especial atuava tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, em que os alunos com deficiências permaneciam nas instituições especiais. Isso se deu devido às escolas regulares rejeitarem matrículas de alunos com deficiências.

Neste contexto a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva refere que:

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico-terapêuticos fortemente ancoradas nos testes psicométricos que, por meio de diagnósticos, definem as práticas escolares para os alunos com deficiência (Brasil, 2008, p. 01).



De acordo com Martins (2015), a educação especial no Brasil foi marcada pela criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, sendo a primeira escola especial, e voltada para o atendimento às pessoas cegas, que tinha como finalidade na época, a oferta de ensino primário as pessoas cegas em uma forma de internato, como também o ensino de música, a moral, religião e a preparação para as atividades produtivas de

Para saber mais

“Tudo começou com o sonho de um garoto cego que enxergava longe”.

José Álvares de Azevedo foi o primeiro professor de cegos do Brasil. Aos 10 anos estudou no Real Instituto dos Meninos Cegos de Paris, única instituição especializada no ensino de pessoas cegas no mundo, na época. E ao voltar para o Brasil aos 16 anos, começou a difundir o modelo de ensino e o Sistema Braile de leitura em palestras para as famílias e nos salões da corte. Em uma audiência com o Imperador D. Pedro II apresentou uma proposta de criação de uma escola no Brasil seguindo o modelo da França, deixando o imperador impressionado com o sistema braile. A inauguração ocorreu no dia 17 de setembro de 1854, no entanto, Álvares de Azevedo, foi acometido por tuberculose, e morreu aos 20 anos, seis meses antes. Não estando presente, mas que deixou o legado alcançando seu sonho numa conquista que transformou a realidade de muitos brasileiros. (MARÍLIA ESTEVÃO, 2019)

caráter manual. Com o advento da República, passou a ser denominado de Instituto dos Meninos Cegos e depois através do decreto nº 1320, de 24/01/1891 passou a ser chamado de instituto Benjamin Constant (IBC) nome que é utilizado até os dias atuais, em homenagem ao seu terceiro diretor que se dedicou a causa das pessoas com deficiências visuais. (ESTEVÃO, 2019).

Figura 1 - 3º diretor do IBC: Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1869 – 1889)



Fonte: Antigo ibc gov, 2023.



O Instituto Benjamin Constant é localizado no Rio de Janeiro e atua com capacitação de profissionais, assessoria escolar, realizando também consultas oftalmológicas, reabilitação de pessoas com deficiência visual, produção e distribuição de materiais especializados, como impressos em braille, e publicações científicas.

Para saber mais

Benjamin Constant nasceu na cidade de Niterói, Rio de Janeiro, em 09/02/1837, filho de Leopoldo Henrique Botelho de Magalhães e Bernardina Joaquina. casou-se aos 25 anos com Maria Joaquina, Bittencourt Costa filha de Cláudio Luiz da Costa que era diretor do Instituto de Meninos Cegos. Trabalhou como professor de matemática e ciências no Instituto e, após a morte de Cláudio Luiz da Costa, em 1869, assumiu a direção. Sua gestão foi considerada determinante e decisiva na da qual levou a intuição a ser uma referência na educação de pessoas cegas. Em sua gestão executou o projeto de construção do magnífico palácio, em um terreno doado pelo imperador, localizado na Praia da Saudade, atual Praia Vermelha. Faleceu aos 54 anos, devido às sequelas de uma malária adquirida durante a guerra. Em homenagem, a sua atuação e dedicação à frente da direção através do decreto 24/01/1991 deu a instituição atual nome Instituto Benjamin Constant - IBC.

Figura 2 - Instituto Benjamin Constant



Fonte: Site IBC, 2023.

Outro marco na educação especial foi a criação também na cidade do Rio de Janeiro da primeira escola para pessoas surdas, intermediada pelo marquês de Abrantes e com a influência do francês Ernest Huet, professor e surdo. Huet foi diretor do Instituto Bourges na França e apresentou, em 1855, uma proposta de fundação de uma escola para surdos no Brasil, ao Imperador D. Pedro II (MARTINS, 2015).

Para saber mais

É comemorado anualmente em 26 de setembro, o Dia Nacional do Surdo, oficializada pela lei 11.796 de 2008.

A data foi escolhida em referência a fundação do atual INES, primeira escola de surdos.

A data tem como objetivo dar visibilidade às pessoas surdas e buscando celebrar suas conquistas e lutar por mais garantia de direitos e inclusão.

O mês de setembro é denominado Setembro Azul, porque além desta data também há o Dia Mundial das Línguas de Sinais (10/09), Dia Internacional dos Surdos (30/09) e Dia Internacional do Tradutor e Intérprete (30/09).

Foi fundado em 26 de setembro de 1857 através do Decreto-lei nº 839, o Imperial Instituto dos Surdos-mudos. Em 1957, cem anos de sua fundação com o Decreto-Lei nº 3.198 passou a ser chamado de Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), nome adotado atualmente. (FIGUEIRA, 2021).

A proposta de educação adotada por Huet era composta pelas disciplinas de Português, Aritmética, Geografia, História do Brasil, Escrituração Mercantil, Linguagem Articulada, Doutrina Cristã e Leitura sobre os Lábios. E nas primeiras décadas do século XX, o INES ofertava a instrução literária juntamente com um ensino profissionalizante e a formação era condicionada a um ofício e os alunos estudavam de acordo com suas aptidões como oficinas de alfaiataria, marcenaria, gráfica, e artes plásticas. Para as mulheres que frequentam o externato tinha oficinas de bordado. (INÊS, 2021).

A comunicação entre os surdos em língua de sinais teve fortes influências da língua de sinais francesa devido ao Huet. Nos Estados Unidos da América, os avanços nas pesquisas na linguística foi possível, na década de 1960, a oficialização como língua. No Brasil, na década de 1980, houve um movimento para oficializar a Libras e em 1993 há uma proposta de um projeto de lei que apenas em 2002, foi finalmente aprovada a legalização como língua através da lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, e seguida pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que a regulamenta. (INÊS, 2021).



Figura 3 - Sede do INES



Fonte: Academia de Libras, 2023

Durante a fase da segregação surgiram também os asilos e hospitais que recebiam pessoas com deficiências com a finalidade de retirá-los do convívio social. (Campos e Martins, 2008). Santos e Reis (2015), nessa fase as pessoas com deficiências ficavam segregadas em escolas específicas, havendo duas formas de ensino: as escolas comuns que recebiam os alunos sem deficiências e as escolas especiais que atendiam pessoas com deficiências.

Os autores acrescentam que as escolas regulares não recebiam matrículas de pessoas com deficiências, apenas tinham acesso às escolas especiais. Não acreditavam na capacidade de aprendizagem e acompanhamento no ensino regular. Sobre as escolas especiais Santos e Reis (2015) relatam que:

Nas escolas especiais, o tempo voltado para o processo de ensino-aprendizagem era irrelevante, não havia preocupação com o campo educativo, ou seja, não se destinava a devida atenção ao aprimoramento do aspecto cognitivo. Nesses espaços, o foco era o atendimento às deficiências sendo preferencial o trabalho por meio das terapias individuais (psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia) realizado por profissionais da área da saúde. Acreditava-se que essa era a maneira ideal de atender e auxiliar as pessoas com deficiência, prevalecendo a tese de que elas estariam bem cuidadas e protegidas em locais separados. (Santos e Reis, 2015, p.3)



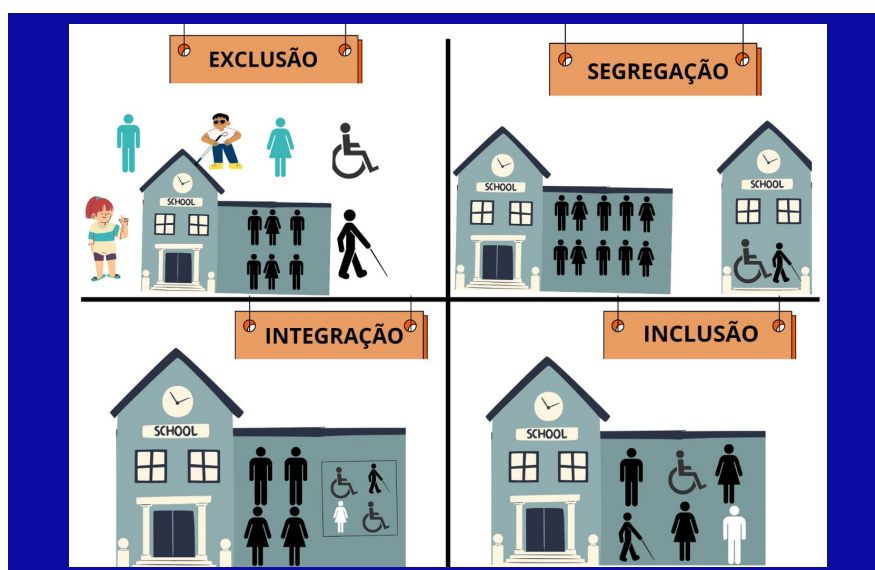
Mantoan (2006) aborda também sobre a atuação das escolas especiais, que em sua concepção devem funcionar como uma complementação da escola regular e não a substituí-la. Para Dechichi et al., (2009) relatam que na década de 70, houve um movimento integracionista das pessoas com deficiências a fim de integrá-los nas escolas junto com os demais alunos. A fase da integração escolar começou a retirar as pessoas com deficiências das escolas especiais e integrá-las no ensino regular, (SANCHES E TEODORO, 2006).

Para Miranda (2003), que mesmo trazendo avanços, a fase da integração da pessoa com deficiência no ensino regular não trouxe mudanças significativas de transformação da sociedade, em que mesmo aceitando a deficiência, a escola não se adaptava ao aluno, sendo o sujeito que deveria se adaptar.

Com as muitas críticas que surgiram em torno da integração, dá-se o surgimento do paradigma da inclusão, sendo levantadas vários aspectos políticos, sociais e educacionais. (ANJOS, 2006). Essa fase tem destaque com a Política Nacional de Educação Especial numa perspectiva inclusiva, que propõe a obrigatoriedade da matrícula de pessoas com deficiências no ensino regular, e as escolas especiais deixam de ser um ensino substitutivo e passa a atuar como centro de atendimento especializados como complementação no contraturno para acompanhamento das necessidades específicas.

Para entendermos as fases que a educação das pessoas com deficiências veja a figura a seguir:

Figura 4: Fases da educação das pessoas com deficiências



Autoria: Elaborada pela autora, 2023.

A fase da exclusão caracteriza pela negação do acesso a qualquer escola. As pessoas com deficiências não tinham o direito à educação e eram totalmente excluídas de toda e qualquer escolarização. Na fase da segregação ocorre quando são ofertados uma escolarização em ambientes separados, em escolas especiais, não convivendo com os alunos sem deficiências.

Na fase da integração ocorre a inserção dos estudantes com alguma deficiência no sistema regular de ensino, mas continuam separados das crianças sem deficiência, não ocorrendo uma inclusão, de fato, apenas a aceitação da matrícula e não há efetividade no processo de inclusão.

Na fase da inclusão o processo inclui os alunos com deficiência no ensino regular juntamente com os alunos sem deficiência proporcionando adequação, adaptação, métodos e abordagens inclusivas que favorecem um ambiente igualitário com a participação e aprendizagem de todos os alunos. É importante ressaltar que na no processo de inclusão há benefício para todos os alunos e para toda a comunidade Acadêmica.

A inclusão na Educação Profissional e Tecnológica

Percebe-se que, ao longo da trajetória da educação das pessoas com deficiência iniciou começou de forma excludente, passando a inserir de forma segregadas em escolas especiais e passou depois pelo processo de integração, apenas inserido no contexto escolar, mas que ainda permanecia excluído de uma educação realmente de qualidade e efetiva. A escolarização era voltada ao ensino de um ofício, como ocorria nas escolas especiais, com oficinas, como por exemplo, de marcenaria, alfaiataria e bordado para mulheres. Percebe que no ensino profissional e tecnológico voltado à profissionalização das pessoas com deficiência é preciso ampliar as políticas públicas.

Souza e Oliveira (2021), relatam que na educação profissional foi por muitos anos uma dificuldade ou até mesmo a impossibilidade das pessoas com deficiências de acessar essa modalidade de ensino, tendo em vista as barreiras e desafios que os sujeitos encontram no seu percurso escolar, que dificultam a aquisição de uma titularidade como técnico de nível médio e consequentemente, o acesso aos níveis mais elevados de sua escolaridade.

Nota-se que a educação profissional voltada às pessoas com deficiências era inicialmente de caráter assistencialista apenas uma forma de preparação para um



trabalho menos qualificados e menos reconhecidos socialmente, na qual se caracterizava como trabalhos repetitivos e pouco elaborados, em que não exigia quaisquer habilidades criativas e de modificação daquilo que estava estabelecido.

Souza e Oliveira (2021), afirmam que as pessoas com deficiências foram historicamente consideradas incapazes de exercer qualquer trabalho. A educação profissional e tecnológica (EPT) vem como uma opção para o acesso dessas pessoas no mundo do trabalho, podendo ter nessa modalidade de ensino uma oportunidade de melhor qualificação para as atividades laborais de forma a ampliar o seu acesso ao mundo do trabalho.

De acordo com Chicar (2014) historicamente a educação profissional e tecnológica para os estudantes da educação especial também ocorria sua educação em escolas especiais ou em organizações sociais e não se tinha uma formação propedêutica e uma formação profissional de qualidade. A autora acrescenta que essa formação era apenas voltada a sua subsistência:

Em se tratando de educação profissional de pessoas com deficiência, até a década de 1970, no Brasil, está se direcionando para o provimento de sua subsistência. Havia oficinas realizadas pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e Instituto Benjamin Constant (IBC), como: encadernação, douração, sapataria, sendo que no IBC os alunos poderiam permanecer na instituição como professores ao término dos estudos. (Chicar, 2014 p.38):

Sassaki (1997) relata que a profissionalização das pessoas com deficiências passou por diferentes momentos, no período de exclusão, a deficiência era colocada como impedimento de trabalhar, e na época, era considerado como forma exploração e ainda não acreditavam na potencialidade dessas pessoas e assim, não tinham acesso a uma educação profissional.

Anjos (2006), aborda em sua pesquisa sobre o Programa TEC NEP e relata que em 1999, a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (SEESP) desenvolveu uma pesquisa de identificação dentro da rede federal de educação é de escola que realizavam algum tipo de educação profissional voltada às pessoas com necessidades educacionais específicas, encontrando em seus resultados que havia 153 alunos matriculados em escolas agrotécnicas, nas escolas técnicas 17, e 97 nos centros federais de educação e tecnológica. Verificando assim, que o quadro de profissionalização das pessoas com Necessidades Específicas no Brasil ainda era de forma bem restrita, uma vez que o número de escolas da rede federal de educação



Outro ponto que a autora destaca foi o censo escolar de 1999 realizado pela pelo TEC NEP, SEESP, referente a modalidade de ensino médio regular e o profissionalizante. Possui um registro de 3190 alunos com necessidades específicas, perfazendo apenas 0,5% do total de matrícula no nível. Destacando assim, que as redes federais deveriam favorecer um processo maior de inclusão das pessoas com necessidades educacionais específicas na rede federal de educação e que se melhorasse a relação entre educação especial e a educação profissional.

O Programa TEC NEP significa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais. Este programa tem como objetivo capacitar escolas e constituir centros de referência para a implantação e expansão da oferta de educação profissional nas escolas da rede federal e o acesso e permanência no trabalho das pessoas com necessidades educacionais especiais, visando à inserção dessas pessoas no mercado de trabalho bem como sua permanente capacitação através de cursos de educação profissional. (ANJOS, p.20 e 21, 2006)

A criação do NAPNE é um marco legal e institucional que legitima o compromisso de criar espaços para a pesquisa, debates, acompanhamentos, palestras, seminários, formação de equipes e mecanismos que rompam gradativamente com perspectivas excludentes legitimadas socialmente. O NAPNE é fruto de lutas processuais e contínuas para a construção de um paradigma educacional democrático, inclusivo e transformador. (Cunha, 2020, p. 8.)



Souza e Oliveira (2021) relatam que as instituições de educação profissional devem repensar suas ações, suas necessidades e capacitações voltadas a uma perspectiva da diversidade, uma vez que o público e as exigências do novo mercado a ser atendido dentro das instituições escolares vêm se diversificando. Assim, é preciso que as instituições revejam suas propostas e que realizem capacitações, formações dentro de uma perspectiva da diversidade levando em conta que as pessoas que apresentam algumas necessidades específicas, mesmo com dificuldades que a deficiência os impõe, possuem potencialidades para o desenvolvimento de atividades que pode ser executada. E acrescenta ainda que:

Cunha (2020), refere que muitos avanços significativos surgiram através dos NAPNEs, do seu compromisso em executar, juntamente com a comunidade acadêmica espaços acessíveis para todos, propiciando um ambiente adaptado. Enfatiza que a sua criação é um divisor de águas na promoção e mudanças estruturais de acessibilidade, como também de adaptações, flexibilizações. Acrescenta ainda que é preciso pontuar algumas das dificuldades e que devem ser superadas, de forma que o núcleo possa desenvolver suas ações numa perspectiva inclusiva.

Dentre as dificuldades refere que o quadro de profissionais é insuficiente para que possa executar e cumprir as suas demandas específicas, é devido aos membros que o compõem, possuírem outras funções dentro do seu campus, como também a falta de uma sala própria de atendimento ao discente, algumas dificuldades relacionadas à acessibilidade, pontua a necessidade de criação de uma rotina de práticas voltada ao

estudo a respeito da temática da inclusão, como ainda é necessário a destinação de orçamento voltado à formação e capacitação dos profissionais, dentre outras ações necessárias para suprir essas e outras dificuldades vivenciadas pelos Campi. (Sousa, 2021)

CAPÍTULO 2: A POLÍTICA DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI)

Promover Inclusão no IFPI, mediante ações, com vistas à construção de uma instituição inclusiva, permeada por valores democráticos e pelo respeito à diferença e à diversidade. (IFPI, 2021)

Neste capítulo, busca-se a apresentar a política que norteia o processo de inclusão no IFPI, a Política de Diversidade e Inclusão, que foi atualizada através da Resolução Normativa 56/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 2 de agosto de 2021.

A Política de Diversidade e Inclusão do IFPI tem como finalidade promover um espaço de concretização das ações inclusivas para garantir o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes, considerando suas especificidades e diversidades, como também promover a igualdade de oportunidades e o respeito às diferenças.

A política estabelece alguns princípios e diretrizes que norteiam essas ações dentro do instituto, dentre essas, a valorização da diversidade, promoção de uma cultura inclusiva, a formação continuada de servidores e estudantes, a criação de espaços de discussão e reflexão sobre temas relacionados à diversidade e à inclusão, e a implementação de medidas que garantam a acessibilidade e contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e comprometidos com uma sociedade mais inclusiva e democrática.

De acordo com esta Política esses espaços de concretização das ações inclusivas são intermediados pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades



Específicas (NAPNE) e pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa Afro-brasileiras e Indígenas (NEABI). Os dois núcleos são essenciais para a implementação da Política de Diversidade e Inclusão do IFPI.

Esta política estabelece princípios, diretrizes e objetivos para nortear a instituição a promover a valorização das diferenças e uma cultura de inclusão. Os princípios são essenciais para que se possa garantir uma educação de qualidade para auxiliar as ações e práticas educacionais inclusivas, garantir ainda igualdade de oportunidades de acesso, permanência e êxito. Acrescem ainda outros princípios como o respeito à liberdade, ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, à diversidade étnica, cultural, social, sexual, de gênero, de crença e de necessidades específicas é fundamental para a promoção da inclusão e da igualdade. A universalização da educação inclusiva é um princípio que garante que todos tenham acesso à educação e possam participar plenamente da vida acadêmica.

As diretrizes da Política de Diversidade e Inclusão do IFPI traz vários aspectos dentre eles, a garantia do atendimento educacional especializado; orientar as ações dos núcleos de forma e cumprir as resoluções normativas; outra diretriz é a garantia de reserva de vagas para estudantes com deficiência egressos de escolas públicas e privadas, atendendo às legislações pertinentes.

DAS DIRETRIZES

Art. 5º A política de diversidade e inclusão do IFPI tem como diretrizes:

- I - garantir atendimento educacional especializado de acordo com a realidade de cada campus objetivando a autonomia e independência do estudante;
- II - orientar ações dos núcleos (NAPNE, NEABI) de diversidade e inclusão nos campi do IFPI, atendendo o disposto nas “Resoluções Normativas nos 55/2021 e 53/2021, de 23 de julho de 2021”;
- III - garantir a acessibilidade nos projetos arquitetônicos das obras a serem realizadas e adequação nas construções já existentes, de acordo com normas da ABNT NBR 9050;
- IV - dotar de recursos pedagógicos o discente com necessidades específicas, de acordo com a demanda do campus;
- V - mobilizar permanentemente a comunidade acadêmica do IFPI para garantir o desenvolvimento efetivo da política de diversidade e inclusão;
- VI - assegurar o desenvolvimento psicossocial e curricular do discente com necessidades específicas no contexto educacional;

VII - dotar de recursos financeiros o orçamento anual do IFPI para a implementação, desenvolvimento e continuidade da política de diversidade e inclusão;

O objetivo geral da política é promover a inclusão de todos os discentes, respeitando suas diferenças e necessidades específicas, e construir uma instituição permeada por valores democráticos e respeito à diversidade.

Art. 6o Promover Inclusão no IFPI, mediante ações, com vistas à construção de uma instituição inclusiva, permeada por valores democráticos e pelo respeito à diferença e à diversidade.

Os objetivos específicos estabelecidos para essa Política abrangem ações relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão e aspectos referentes à acessibilidade física e tecnológica, a formação dos profissionais da educação, o acompanhamento psicossocial e pedagógico, entre outros.

Dos Objetivos Específicos

Art. 7º São objetivos específicos da Política de Diversidade e Inclusão do IFPI:

- II - proporcionar formação de professores para os atendimentos educacionais especializados e demais profissionais da educação para a inclusão;
- III - garantir processos seletivos com adaptações necessárias para o acesso de pessoas com deficiência;
- IV - proporcionar a adaptação dos currículos de acordo com o estabelecido nas “Leis no 9.394, de 1996, 10.639, de 2003, e 11.645, de 2008”, que preveem a inclusão obrigatória das temáticas relacionadas à História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todas as modalidades e níveis de ensino, bem como parecer “CNE/CP no 08, de 2012”, e “Resolução no 01, de 2012, do CNE”, que tratam da Educação para os Direitos Humanos;
- V - assegurar a aquisição e elaboração de recursos didáticos aos discentes com necessidades educacionais específicas;
- VI - desenvolver periodicamente ações que promovam a sensibilização, adaptações de acesso ao currículo por meio de modificações ou provisão de recursos especiais, materiais ou de comunicação, para melhoria de metodologias, ferramentas e técnicas utilizadas no processo de inclusão e diversidade; Núcleo de Atendimento as pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE Política de Diversidade e Inclusão do IFPI;
- VII - garantir acompanhamento psicossocial e pedagógico realizado de modo articulado com os núcleos voltados às ações de diversidade e inclusão;
- VIII - acompanhar a trajetória acadêmico-profissional do discente através da política de egressos do IFPI;
- IX - assegurar, no site institucional, ferramentas de acessibilidade nas diversas formas, a fim de alcançar o público-alvo desta política;
- X - garantir acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação, nos campi;
- XI - incentivar ações de educação especializada, estabelecendo mecanismos de cooperação com a política de educação para o trabalho, em parcerias com organizações governamentais e não governamentais;
- XII - garantir que o processo de ingresso dos discentes seja realizado por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Código Braille;
- XIII - divulgar, nas escolas, comunidades, movimentos sociais e nos meios de comunicação a política de inclusão do IFPI;
- XIV - proporcionar a permanência dos discentes no campus, dando-lhes condições que assegurem um aprendizado pleno;



- XV - manter articulação com a Política de Assistência Estudantil (POLAE);
- XVI - manter articulação com o programa de acolhimento ao estudante ingressante (PRAEI);
- XVII - incentivar, tanto discentes como professores, a desenvolverem projeto na área de Tecnologia Assistiva;
- XVIII - estimular a produção científica, extensionista e pedagógica voltada às temáticas da diversidade e da inclusão no âmbito do IFPI, promovendo o debate de temas relacionados;
- XIX - atuar como órgão proponente e consultivo quanto às políticas de diversidade e inclusão no IFPI; e
- XX - promover a integração das pró-reitorias de ensino, pesquisa e extensão, bem como outros setores responsáveis pela diversidade e inclusão, no sentido de atender satisfatoriamente o discente público-alvo dessa política.

Política de Diversidade e Inclusão do IFPI:

<<https://drive.google.com/file/d/lnbTKWtRIQVfLnuRKihPZW4jEwKbWMDnt/view>>

Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE

Dentre os dois núcleos que a Política de Diversidade e Inclusão do IFPI estabelece como espaços de efetivação das ações inclusivas, destaca-se nessa pesquisa o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas, NAPNE.

O NAPNE é o responsável pela implementação da Política de Diversidade e Inclusão dos Institutos Federais, norteia a instituição na promoção da acessibilidade, a igualdade de oportunidades desde o acesso, a permanência, participação e o êxito dos estudantes com deficiências e necessidades educacionais específicas (NEE).

Dentre as ações e processos destacam-se a identificação das necessidades dos estudantes com NEE, a oferta de atendimento especializado, a elaboração de adaptações curriculares, a produção de materiais pedagógicos acessíveis e a promoção de ações de sensibilização e conscientização da comunidade acadêmica sobre a temática da inclusão. Além disso, o NAPNE também atua na inter relação de diálogo e articulação entre a gestão, famílias, professores e servidores, comunidade externa e as pessoas com deficiência e/ou outras necessidades educacionais específicas.



A competência do NAPNE (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas) é promover a inclusão e o acesso à educação para pessoas com necessidades educacionais específicas no âmbito do IFPI (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí). O NAPNE é responsável por disseminar a cultura da inclusão através de projetos, assessoria e ações educacionais, supervisionar as políticas de acesso, permanecer e concluir com êxito dos alunos com necessidades específicas, participar das políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão para compor o planejamento da instituição, avaliar e propor diretrizes e metas para inclusão, elaborar plano de atendimento aos alunos com necessidades específicas em conjunto com os docentes e o núcleo pedagógico dos campi, e participar desde o processo de ingresso de novos alunos no IFPI. (IFPI, 2021)

CAPÍTULO IV

DAS COMPETÊNCIAS DO NAPNE

Art. 6o Ao NAPNE, compete:

I - disseminar a cultura da inclusão no âmbito do IFPI através de projetos, assessorias e ações educacionais, contribuindo para as políticas de inclusão nas esferas municipal, estadual e federal:

II - supervisionar as políticas de acesso, permanência e conclusão com êxito dos alunos com necessidades específicas;

III - participar das políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão para compor o planejamento da instituição de modo a atender as pessoas com necessidades educacionais específicas;

IV - avaliar e propor diretrizes e metas a serem alcançadas, na proposta de inclusão;

V - elaborar, em conjunto com os docentes e núcleo pedagógico dos campi, programa de atendimento aos alunos com necessidades específicas e auxiliar os professores a adequarem as suas aulas conforme o programa definido; e

VI - participar do processo de ingresso de novos alunos no IFPI.

Público do NAPNE: De acordo com o art. 3o inciso I da Política de Diversidade e Inclusão do IFPI são considerados público do NAPNE:



I - Discentes com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, auditiva, visual, mental, intelectual ou sensorial, discentes com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades/superdotação e ainda os transtornos funcionais específicos, como: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade.

A política acrescenta ainda que os alunos devem estar matriculados nos cursos regulares do IFPI, sendo os cursos de Ensino Médio Integrado, Ensino Técnico Concomitante/Subsequente e Ensino Superior em nível de graduação e pós-graduações.

Para uma melhor compreensão do público do NAPNE vamos discutir alguns conceitos e definições. A Lei Brasileira de Inclusão (2015) define pessoas com deficiências, como aquelas pessoas que têm impedimento que podem ser de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que sua interação pode conter barreiras que impedem a plena e efetiva participação em igualdade de condições.

A definição de pessoas com deficiências descrita na A Política de Educação Especial numa perspectiva inclusiva (2008):

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. (BRASIL, p9, 2008).



A Política de Educação Especial numa perspectiva inclusiva (2008), ressalta a necessidade de uma abordagem mais contextualizada se referindo aos conceitos e as classificações, não apenas numa mera categorização atribuída a um quadro de deficiência, transtorno, distúrbio, síndrome ou aptidão. Neste sentido, não é suficiente apenas classificar o discente, mas analisar todo o contexto na qual está inserido, como as barreiras que podem estar impedindo a participação ativa. E assim, proporcionar uma atuação pedagógica visando a retirar da situação de exclusão, promovendo aprendizagem de todos dentro de um ambiente heterogêneo.

Além do público da educação especial, o NAPNE recebe discentes com: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), transtorno opositor desafiador (TOD), dentre outras necessidades específicas.

O NAPNE atua com diversas necessidades específicas, como deficiência física, auditiva, visual, intelectual, transtornos do espectro autista, dislexia, entre outras. Cada discente requer ações pedagógicas específicas, materiais adaptados, recursos tecnológicos e humanos adequados para garantir a inclusão e o pleno acesso à educação. O trabalho do NAPNE é fundamental para identificar essas necessidades específicas e proporcionar um atendimento pedagógico adequado e inclusivo, contribuindo para que os estudantes com deficiência ou necessidades específicas tenham condições de participar plenamente da vida acadêmica.

DEFICIÊNCIA	SUGESTÃO DE ACOMPANHAMENTO
Deficiência física	Podem necessitar de adaptações no ambiente físico, como rampas de acesso, banheiros acessíveis e equipamentos específicos. Adaptações nos materiais de uso escolar
Deficiência visual	Desenvolver materiais em formatos acessíveis, como o braille ou audiodescrição, disponibilizar matérias de tecnologia assistiva e softwares como leitores de telas, disponibilização dos materiais utilizados pelos professores em versão pdf. Além disso, é necessário adaptar o ambiente físico, como a utilização de sinalização tátil e identificação em braille.

Surdez / deficiência auditiva	Utilizar materiais visuais e concretos, disponibilizar profissional tradutor e intérprete de Libras, utilizar tecnologia como recurso didático-pedagógico
Transtorno do espectro do autismo	Realizar adaptações curriculares, apoio pedagógico especializado, ambiente de aprendizagem adequado, estabelecer uma rotina, um quadro de rotina, favorecer interação entre os colegas, identificar um possível hiperfoco, que pode ser utilizado como recurso pedagógico adaptando e relacionando os conteúdos, dar previsibilidade das atividades principalmente quando se referir a visitas técnica ou atividade práticas e/ou laboratórios e quando houver mudança de horário e/ou de professores. Não fazer avaliações surpresas.
Deficiência Intelectual	Atender as necessidades metodologias específicas de ensino, apoio pedagógico, adaptações curriculares e recursos didáticos adaptados como texto mais claros e simplificados, atividades de estimulação cognitiva, atendimento individualizado, encaminhar para o AEE Adotar uma agenda virtual para registros das atividades escolares
Superdotação / altas habilidades	Identificar e conhecer a potencialidade de seu aluno; Favorecer atividades de enriquecimento curricular dentro de suas áreas de superdotação; Estimular atividade em pares; Criar momentos para o aluno expressar seus pensamentos relacionados a suas altas habilidades;



TRANSTORNO OU DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM	SUGESTÃO DE ACOMPANHAMENTO
Dislexia	Pode priorizar atividades orais;Tempo extra para execução de atividades e provas;Disponibilizar materiais com linguagem clara e objetiva dos conteúdos;Posicionar o aluno nas primeiras carteiras próximo ao professor.Nas avaliações escritas, levar em consideração as características da dislexia, pontuando mais o conteúdo do que a escrita;Professor entregar um mapa conceitual ou tópicos mais simples para o aluno acompanhar durante a aula e servindo também para nortear a escrita;Incentivá-lo a melhorar sua grafia levando-o a identificar os próprios erros ortográficos da dislexia.
TDAH	Utilizar recursos pedagógicos concretos e recursos audiovisuais;Fazer diferentes atividades com o aluno;Posicionar o aluno na sala de forma a diminuir das distrações como longe da porta e janelas;Repassar uma instrução por vez;Diferenciar a rotina e atividades extras, para entregá-lo quando começar a dispersar a atividade anterior;Tempo extra para execução das atividades.
Disortografia	Identifique as trocas ortográficas mais frequentes;Priorizar avaliações orais ou como atividade extra;Sempre realizar a correção ortográfica, como forma de incentivá-lo e para fixação da ortografia certa; Pode apenas demarcar a palavra errada e para que o próprio aluno pesquise a escrita correta;Auxilá-lo na leitura das avaliações ou fornecer um ledor.



Discalculia	Conhecer as dificuldades matemáticas e tipo de discalculia; Realizar as listas e atividades em etapas; Utilizar recursos tecnológicos, softwares para auxiliar nas aulas; Aulas práticas em laboratório com manipulação de materiais e didáticos-pedagógicos concretos; Usar calculadora, sorobã e objetivos com régua, sólidos geométricos dentre outros, como suporte de aprendizagem; Revise sempre o conteúdo e ofereça extraclasse, mesmo que o aluno não procure; Estimular atividade em pares; Pode ser realizado aulas extras ou ofertar aulas com monitores;
Disgrafia	Trabalhar com atividades motoras, para melhorar principalmente a coordenação motora fina; Encaminhar para acompanhamento especializado e AEE; Orientar o aluno a maneira correta de escrever e se posicionar na carteira; Pode fornecer recurso tecnológico para escrever; Fornecer textos simples de apoio; Utilizar metodologias ativas, como sala de aula invertida.

Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Passos para Implantação e Renovação

Da Eleição e do Mandato

Art. 8º A coordenação do NAPNE será eleita para exercer mandato por um período de dois anos, podendo haver uma recondução por igual período.

§ 1º A escolha será feita por meio do voto direto e secreto, em único turno, e cada eleitor deverá votar em um candidato. Será considerado vencedor o servidor do quadro efetivo



do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí que obver o maior número de votos.

§ 2º Em caso de empate, será seguido o regulamento do IFPI que trata do assunto.

§ 3º Os outros membros serão compostos por adesão.

§ 4º O secretário será designado pelo Coordenador.

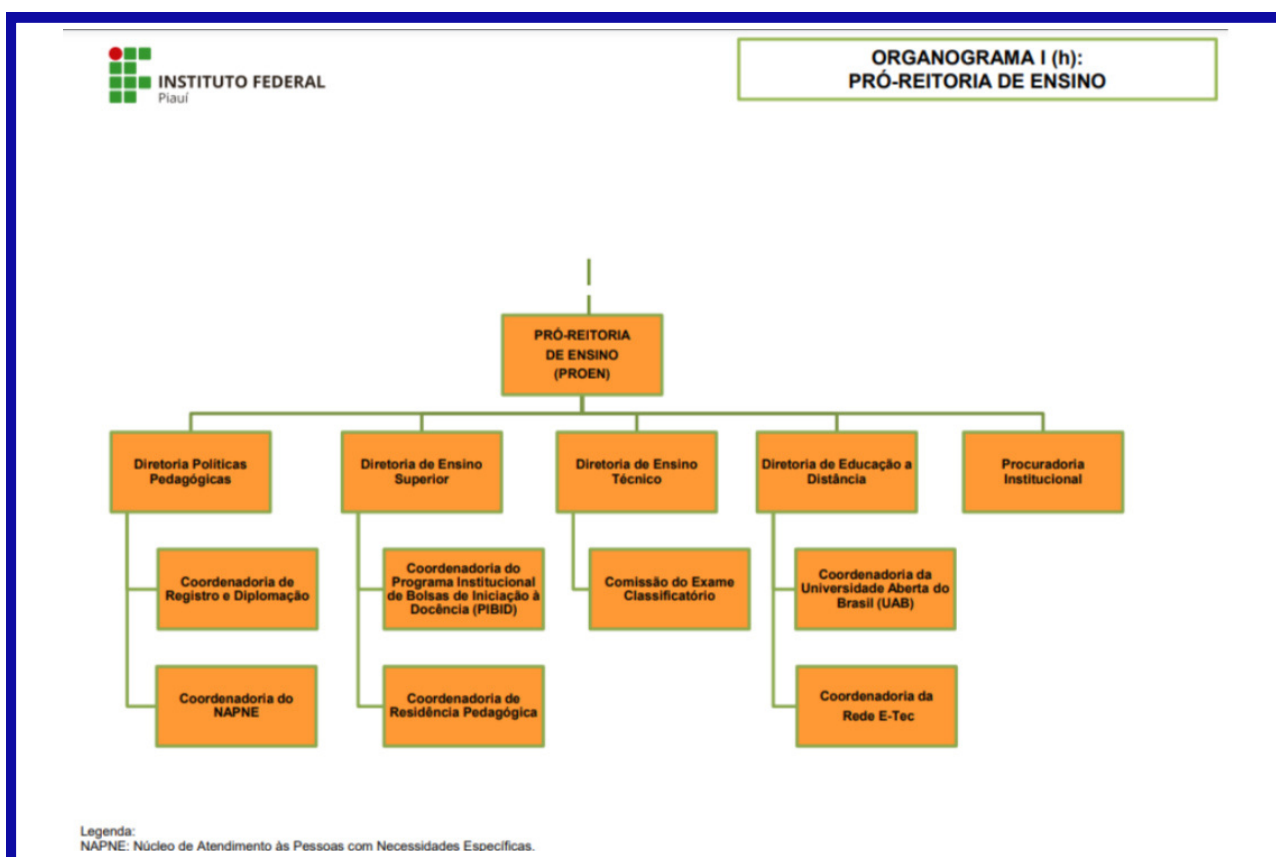
§ 5º A eleição será coordenada pelos membros do NAPNE e pela Direção-Geral do campus.

§ 6º O resultado da eleição será oficializado pela Direção-Geral do campus e o Coordenador eleito será nomeado na função por meio de portaria, logo após a divulgação dos resultados.

CAPÍTULO 3: AÇÕES GERENCIAIS

O NAPNE no IFPI é diretamente ligado à Reitoria, à Pró-Reitoria de Ensino e à Pró-Reitoria de Extensão respondendo pelas atividades da Ação TECNEP/SETEC/MEC e a Políticas de Diversidade e Inclusão da instituição.

Figura 5 - Organograma da Pró-Reitoria de Ensino



Fonte: Organograma IFPI, 2022

O NAPNE, assim como toda a gestão da instituição, devem em parceria desenvolver e criar estratégias gerenciais para garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos com deficiências e necessidades específicas.

Griboski et al., (2013), relata que os gestores devem elaborar seu Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) inserindo a educação inclusiva como ainda realizando seu planejamento e mudanças que promovam a inclusão, implementando núcleos de acessibilidade para o público da educação especial e inclusiva. Enfatiza que a construção de uma instituição inclusiva deve estar alinhada com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), e com o Decreto de Acessibilidade (nº 5.296/2004) e dentre outros dispositivos legais e políticos.

A Portaria nº 3.284/2003 aborda os pré-requisitos de acessibilidade que as instituições de ensino superior devem ter para o processo de reconhecimento e credenciamentos de novos cursos superiores na instituição. Para a acessibilidade para discentes com deficiências físicas, deficiência visual e surdez e deficiência auditiva:

Deficiência Física	Deficiência Visual e baixa-visão	Surdez e deficiência Auditiva
Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo;	Manter sala de apoio equipada com máquina de datilografia Braille, impressora Braille acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura, scanner acoplado a um computador;	Propiciar, sempre que necessário, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;



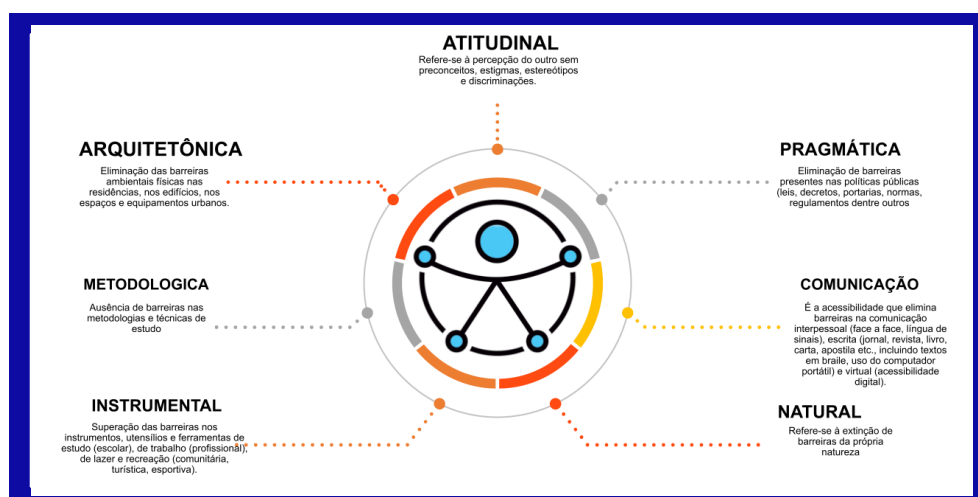
Reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço; Referenciais de acessibilidade na educação superior;	Adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em Braille e de fitas sonoras para uso didático	Adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
Construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeiras de rodas;		Estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado;
Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeiras e rodas;		Proporcionar aos professores acesso a literatura e informações sobre a especificidade linguística da pessoa com deficiência auditiva
Colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;		
Instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.		

Fonte: Brasil,2003

Depois de efetivação da matrícula do discente com deficiências e necessidades específicas na instituição, é possível promover as condições necessárias para o acesso e a permanência. Dentre essas ações é essencial verificar as possíveis barreiras, como as arquitetônicas e demais aspectos da acessibilidade.

Romeu Sassaki, (2020), coloca seis dimensões relacionadas às barreiras que devem ser superadas: arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais.

Figura 6 - Dimensões relacionadas às barreiras que devem ser superadas



Fonte: Adaptado a partir da tabela desenvolvida por Marta Gil e Maria de Fátima e Silva, 2023.

A acessibilidade arquitetônica é fundamental para favorecer a inclusão das pessoas com deficiências, mas é imprescindível que haja também a discussão e promoção de todas as dimensões da acessibilidade. Para tanto, precisa-se também que as barreiras existentes sejam superadas e que as instituições criem estratégias para garantir a acessibilidade a todas as pessoas.

Figura 7 - Barreiras da acessibilidade



Fonte: Adaptado a partir da tabela desenvolvida por Marta Gil e Maria de Fátima e Silva, 2023.

Para que a instituição se torne realmente inclusiva é preciso que todos estejam envolvidos nos processos e nas ações desde o acesso a permanência e o êxito. Não se pode afirmar que há um caminho certo a seguir para alcançar a inclusão, pretende-se aqui nortear de forma a motivar e estimular que a gestão da instituição atue numa perspectiva inclusiva.

Sugere-se então, um caminho para que a gestão atuem numa perspectiva inclusiva. Para tanto, Inicia se com uma gestão democrática e compartilhada que deve buscar desenvolver e Implementar políticas de educação especial e Inclusiva que busca estimular um ambiente participativo e inclusivo. É necessário ainda promover acessibilidade em todas as suas dimensões, fortalecendo também as práticas inclusivas relacionadas ao ensino, pesquisa e a extensão. É Imprescindível que, para desenvolvimento de ações inclusiva é preciso que se destinem recursos orçamentários. Ao almejar a inclusão das pessoas com deficiência é necessário que haja uma equipe de profissionais preparados para essa finalidade, sendo assim, que a instituição Implemente um programa institucional de capacitação e formação de professores e de todos que fazem parte da comunidade escolar voltada às temáticas da inclusão e da educação especial. Neste contexto, compreende-se que não há inclusão sem uma formação de professores e de todos os servidores que compõem a escola.



Figura 8 - Caminhos para uma gestão inclusiva



Autoria: Elaborado pela autora, 2023

Dentre este caminho, a gestão deve garantir um ambiente acessível aos discentes, com ações de acessibilidade. Percebeu nesta pesquisa, Conforme o resultado da pesquisa desenvolvida na dissertação observou-se que a instituição vem desenvolvendo em todos seus campi ações de acessibilidade.

Ações de Acessibilidade no IFPI - Campus São Raimundo Nonato

Dentre os resultados da pesquisa da dissertação percebeu-se que muitas ações de acessibilidade foram realizadas nos campi do IFPI. Ações como rampas, guia direcional com piso tátil e identificação de portas em braile, Mapa tátil com a planta baixa dos setores da instituição para pessoas com deficiência visual, conforme segue algumas ações realizadas no Campus de São Raimundo Nonato.

Figura 9 - Ações realizadas no IFPI-Campus de São Raimundo Nonato



Fonte: NAPNE, Campus São Raimundo Nonato, 2023.

Figura 10 - Ações realizadas no IFPI-Campus de São Raimundo Nonato



Fonte: NAPNE, Campus São Raimundo Nonato, 2023.

Figura 11 - Ações realizadas no IFPI-Campus de São Raimundo Nonato

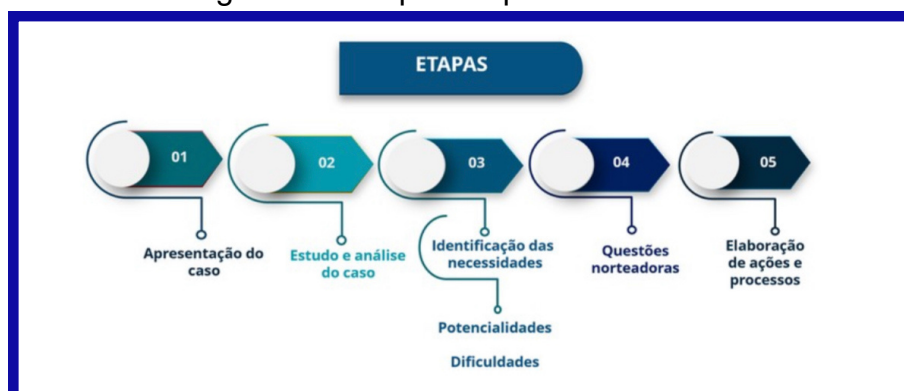


Fonte: Relatório do NAPNE, 2021.

CAPÍTULO 4: GRUPO FOCAL COMO TÉCNICA PARA IMERSÃO DE MEMÓRIAS RECENTES NOS PROCESSOS DE ATENDIMENTO DO NAPNE - ESTUDO DE CASO

Para o processo de inclusão é necessário conhecer o aluno, sua trajetória escolar, familiar, e ainda analisar os aspectos biológicos, da própria deficiência ou transtorno, bem como os aspectos pedagógicos.

Figura 12 - Etapas do processo



Autoria: Elaboração própria, 2023.



Instrumento de Coleta de Dados - Apresentação de Casos

Para coleta de dados desta pesquisa foram elaborados estudos de casos de alunos com deficiências e necessidades específicas, relatando seu acesso desde a inscrição na realização do Exame Classificatório do IFPI, bem como, sua trajetória familiar e escolar.

No relato de caso consta algumas problemáticas em vários aspectos: familiar, pedagógicos, econômico, gerenciais, acessibilidade, dentre outros, com a finalidade de discutir, sistematizar e orientar os processos e ações do NAPNE. Este instrumento será aplicado com membros do NAPNE dos campi: Corrente, Paulistana, São João do Piauí, São Raimundo Nonato e Uruçuí através de um Grupo Focal.

Os estudos de casos foram apresentados também no formato de vídeo animado, sendo três vídeos: 1 – Sobre o Acesso (Exame Classificatório), contextualizando sobre o sistema de cotas e solicitação de atendimento especial para a prova; 2 – Caso Benjamin; 3 – Caso André. Com a finalidade de dinamizar e facilitar a exposição dos casos a serem discutidos e analisados.

Silva e Mercado (2010), relatam que o uso de vídeos é um instrumento didático-pedagógico que pode ser utilizado para abordar diferentes temáticas, sendo possível trabalhar de forma interdisciplinar. A utilização de vídeos como ferramenta de aulas, auxilia e aproxima ao cotidiano, por utilizar uma linguagem comunicativa, percebendo que o uso de vídeos traz vantagens para alunos e professores. (Morán, 1995).

Optou-se no método adotado por produzir os vídeos dos estudos de casos com animação para dinamizar e motivar a participação da melhor compreensão dos problemas e questões norteadoras a serem debatidas. Assim, foram produzidos vídeos para a fase de pré-teste, sendo produzido outros após as críticas e sugestões dos participantes. Para assegurar mais a acessibilidade, foi adicionado como produção final, a tradução e interpretação na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Os estudos de casos propostos são fictícios, qualquer semelhança é mera coincidência. O primeiro caso a ser analisado e discutido as ações e processos para o acompanhamento será o caso do discente nomeado Benjamin, codinome, escolhido em referência ao Instituto Benjamin Constant (IBC), por ser um centro de referência nacional em relação a deficiência visual. No segundo caso, vem o aluno André, pseudônimo escolhido em homenagem ao personagem autista das histórias em quadrinhos da turma da Mônica, com uma diferença, que André do caso a ser estudado, possui como comorbidade o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH).



Caso Benjamin



Benjamin tem 15 anos, possui baixa-visão devido a uma doença de causas genéticas e hereditárias caracterizada por uma degeneração progressiva da retina, chamada de Retinose Pigmentar. Os primeiros sintomas de perda da acuidade visual começaram no final da primeira infância, aos 6 anos. É o filho mais velho, dentre os 4 filhos de Henrique e Bernardina. Na sua família, há casos de pessoas com deficiência visual, onde sua avó materna ficou totalmente cega aos 50 anos. Tem-se conhecimento de outras descendentes de gerações anteriores também com deficiência visual.

SAIBA MAIS

Os pacientes com RP apresentam perdas lentas e progressivas de algumas funções visuais como pobre visão noturna ou decréscimo sensível da visão escotópica, diminuição do campo visual, dificuldade na localização de objetos no espaço e perda progressiva da visão de cores. Lowe J, Drasdo N. Patients' responses to retinitis pigmentosa. *Optom VisSci.* 1992;69(3):182-5

Benjamin sempre manifestou interesse em estudar o curso técnico na área de informática, se inscrevendo para o classificatório do IFPI. Inicialmente pretendia concorrer a cotas para pessoas com deficiências (PCD), mas por ser proveniente de escolas da rede privada, teve que se inscrever para ampla concorrência, sendo aprovado com êxito para o curso integrado ao médio de informática.

No ensino fundamental sua professora do atendimento educacional especializado (AEE), incentivou que fizesse a prova do classificatório do IFPI, e o ajudou a realizar a inscrição, solicitando para o dia da prova,

atendimento especial como tempo extra, prova ampliada, de acordo com o tamanho da fonte que estava acostumado a utilizar. Além de um redator para auxiliar na transcrição das respostas para o gabarito. Como não entrou por cotas e sem a informação da família à instituição sobre a baixa visão, Benjamin foi identificado após o início das aulas, por alguns professores, sendo encaminhado pela professora de Língua Portuguesa à Coordenação Pedagógica (COPE), que por sua vez, encaminhou o aluno ao Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), via Sistema de Fluxo de Atendimento ao Estudante (SIFAE), SUAP, e outros. Ao receber o encaminhamento, o coordenador do núcleo fez o primeiro contato com o aluno através do auxílio da coordenação do curso de informática e teve uma primeira conversa com o aluno.



Passou a ter uma boa interação durante as aulas com os colegas de sala. No entanto, tem dificuldade de acompanhar as atividades escritas no quadro, devido ao tamanho da letra e a luminosidade refletida pelo quadro branco de vidro. Recebeu os livros das disciplinas, e mesmo com a utilização de uma régua-lupa têm dificuldades para visualizar. Devido a carência financeira de sua família, não possui um computador em casa, estando com dificuldade de estudar e realizar as atividades.

A retinose pigmentar CID10 H35.5 é uma doença degenerativa da retina que causa perda de visão progressiva, podendo conduzir à cegueira. Trata-se de uma doença dos olhos evolutiva que é habitualmente diagnosticada em adolescentes e adultos jovens. A progressão e grau de perda visual variam de pessoa para pessoa podendo alguns doentes virem, com o evoluir da doença, a tornar-se cegos.

Em relação aos conteúdos, tem facilidade em aprender, gosta de todas as disciplinas, sempre participa oralmente das aulas, mas devido a quantidade de atividades está com dificuldade de acompanhar e entregar no prazo tudo que é solicitado pelos professores, estando com muitas pendências acadêmicas. Nas aulas práticas de informática está sentido dificuldade, por não ter no laboratório do curso um computador com os programas para acessibilidade a deficiência visual. Tem dificuldade de se locomover livremente e sozinho. Ainda bem devagar e arrastando os pés, na maioria das vezes, tem um amigo que o auxilia a circular pelos ambientes do campus. Outra dificuldade encontrada são algumas cadeiras que são colocadas e

Em relação aos professores, muitos relatam não saber como adaptar suas atividades e aulas, principalmente os professores de exatas e da área técnica. Referem que é a primeira vez possuírem um aluno com baixa visão e que na sua formação inicial não teve orientações para essa área da inclusão.



Lowe, J; Drasdo, N. Patients' responses to retinitis pigmentosa. Optom Vis Sci. 1992;69(3):182-5.

Benjamin é o primeiro aluno com deficiência visual que a instituição recebeu e que o NAPNE precisa fazer o acompanhamento desde o seu acesso, à sua permanência e o êxito na integralização de seu curso.

REFLITA

Como um membro de NAPNE, e visando o cumprimento da Política de Inclusão e Diversidade do IFPI, reflita sobre os principais pontos do caso Benjamin, observando desde o seu acesso, sua permanência e seu êxito. Trace as ações e os processos que o núcleo deve realizar para a inclusão do discentes.

André, de 18 anos, tem o Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI), sem comprometimento da linguagem funcional, e tem como comorbidade o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).



CID-11

6A02.1 - Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) e com comprometimento leve ou ausente da linguagem funcional.

6A05.2 - Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, apresentação combinada.

Sempre estudou em escolas públicas em sua cidade, que fica no interior do Piauí, a mais de 400km da capital Teresina. Mora com sua mãe e a irmã mais velha. O seu pai, logo após o diagnóstico de autismo, deixou a família. André sempre foi muito inquieto, impulsivo, hiperativo e facilmente se distraía, não se concentrando por muito tempo numa atividade. Possui intolerância ao leite (caseína e lactose) e seletividade

alimentar, cujo fato é uma preocupação constante da mãe, principalmente quando ele está na escola e acaba comendo o que não pode, adoecendo frequentemente.

Terminou o 9^a ano em meio à pandemia pela COVID-19. Nesse período sua rotina foi rompida, aulas e terapias suspensas. Teve muitas dificuldades em acompanhar as aulas que passaram a ser ministradas de forma remota, ficando muito preocupado (abalado) com o retorno presencial, que já seria em outra escola.

Fez a prova do classificatório do IFPI para o curso técnico integrado ao médio de Administração, concorrendo pelo sistema de cotas. Na ocasião, solicitou atendimento individual, tempo extra e um redator para o dia da prova. Foi aprovado e logo no primeiro dia de aula a coordenação o encaminhou para o NAPNE. André relatou que se sentia ansioso, e muitas vezes angustiado, com receio por estar numa escola nova com uma rotina muito diferente das escolas que frequentou anteriormente.

O NAPNE fez o encaminhamento do aluno, relatando suas dificuldades para todos os professores e Coordenação Pedagógica via Sistema de Fluxo de Atendimento ao Estudante (SIFAE), no entanto, não recebeu retorno da maioria do corpo docente.

Na sala de aula, frequentemente André se incomoda com o barulho das conversas paralelas e não interage com seus colegas, tendo dificuldade de iniciar uma conversa e preferindo fazer as atividades individualmente, mesmo quando sendo proposta em dupla ou em grupo.

Tem um foco em filmes da Disney e gosta de desenhar os personagens. Refere que gosta de Biologia, História e Geografia, mas apresenta dificuldade em Matemática, Física, Química e nas disciplinas específicas.



Meltdow

É uma crise explosiva, facilmente reconhecível, com sinais claros de que o autista está incomodado. Meltdow é um colapso.

Shutdow

É uma crise mais silenciosa, com uma tendência ao isoamento. Há um "desligamento temporário".

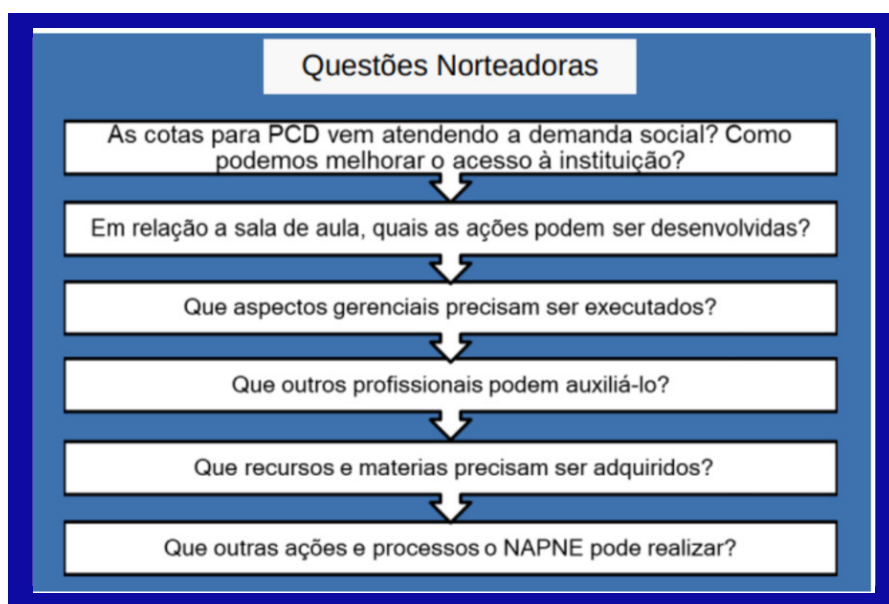
Frequentemente apresenta crises (Meltdow e Shutdown) ocasionadas, principalmente, pelo acúmulo de atividades, mudanças bruscas de planos e/ou da rotina na sala ou na instituição, sobrecarga sensorial e/ou social e quando força a atenção e/ou memória nas semanas de provas, por consequência, não conseguindo realizar as atividades acadêmicas programadas.

Nos ambientes fora da sala, como no refeitório, fica sempre sozinho. Na maioria dos dias não pode lanchar devido às suas intolerâncias, ficando com fome, especialmente nos dias de aulas no contraturno.

Sua mãe, bastante preocupada, esteve na instituição e conversou com a Direção Geral e de Ensino, pedindo que a gestão auxilie André para que possa acompanhar os estudos de forma significativa, sendo firmado o compromisso de ajudá-lo. A gestão, então, procurou o NAPNE para verificar quais as demandas necessárias para esse processo de inclusão na instituição.

Diante os casos apresentados, discutimos com os membros da NAPNE. a partir de algumas questões norteadoras, visando traçar as ações e processos para os discentes que possuem em seu campus.

Figura 13 - Questões norteadoras



Autoria: Elaboração própria, 2023.

Qr Code - Vídeos com estudos de casos

- Vídeo 01 - O acesso;
- Vídeo 02 - Caso Benjamin;
- Vídeo 03 - Caso André;
- Vídeo 04 - Propostas de Fluxograma dos Processos de Ações do NAPNE.



CAPÍTULO 5: FLUXOGRAMA DOS PROCESSOS E AÇÕES

Com a finalidade de mapear os processos e ações do NAPNE no IFPI foi construído a partir das sessões realizadas através do Grupo Focal um Fluxograma visando sistematizar a atuação do núcleo. Para Marino (2006) mapear os processos básicos é uma ferramenta que auxilia os gestores visando obter resultados simples e de fácil visualização. Gomes (2015) refere que o mapeamento de processos amplia a comunicação entre os trabalhadores e demais colaboradores possibilitando um maior entendimento dos processos por ser uma ferramenta que dá suporte a toda a equipe. O mapeamento dos processos de uma organização pode contribuir, pois padroniza e unifica as atividades de forma uniformizada os processos a serem executados e ajudando para melhorar o desempenho.

Com a pesquisa nos campi de Corrente, Paulistana, São João do Piauí, São Raimundo Nonato e Uruçuí foi possível perceber que as ações desenvolvidas são similares diferenciando-os de acordo com perfil de alunos com necessidades específicas. A partir do grupo focal com os membros dos NAPNEs e discussão dos estudos de casos foi possível identificar e mapear alguns processos e ações desenvolvidas. Com esse mapeamento foi construído um fluxograma dos processos e ações para o NAPNE no IFPI.

Um fluxograma demonstra etapas de um processo através de uma representação gráfica composta por símbolos geométricos que simbolizam os processos e a direção a ser seguida para alcançar um resultado. (COUTINHO, 2020). A figura a seguir apresenta os símbolos geométricos e o significado dentro do fluxo.



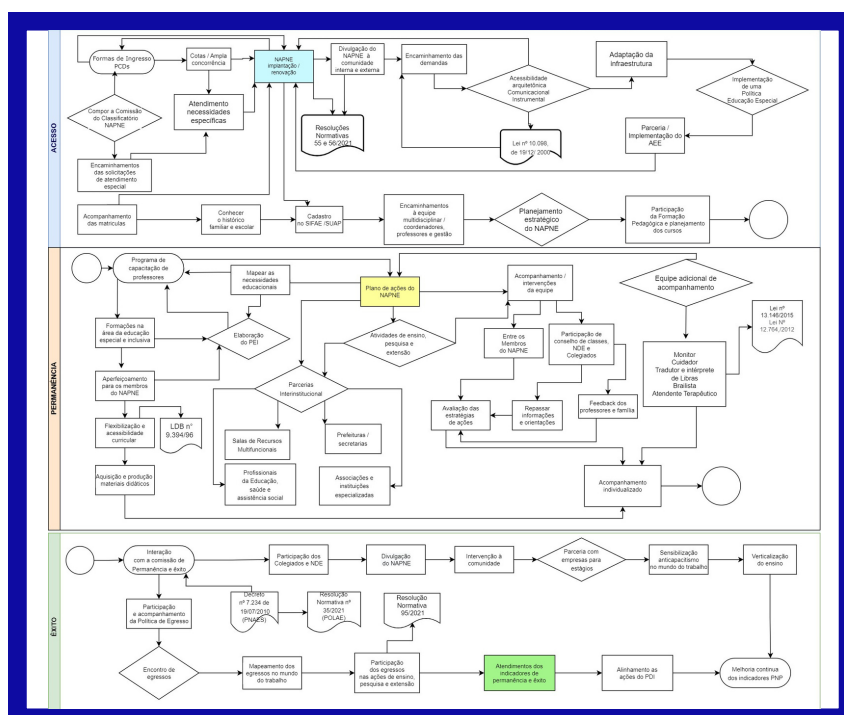
Diagrama de Fluxo: Símbolos e Formas Básicas

- Indica o início e o fim do processo
- Indicação de uma atividade que precisa ser executada
- Indicação de uma tomada de decisão
- Indicação que o fluxo continua
- Indica uma espera
- Indica documentos usados no processo
- Indicação a direção do fluxo

miro

Azevedo (2016), relata a importância de conhecer as atividades que fazem parte do processo essencial de uma instituição para que possa desenhar todas as etapas que compõe. Acrescenta que uma organização deve conhecer e organizar seus processos para que não atue de forma desalinhada, não administrando seu tempo e recursos e para que não haja falhas na execução de suas atividades.

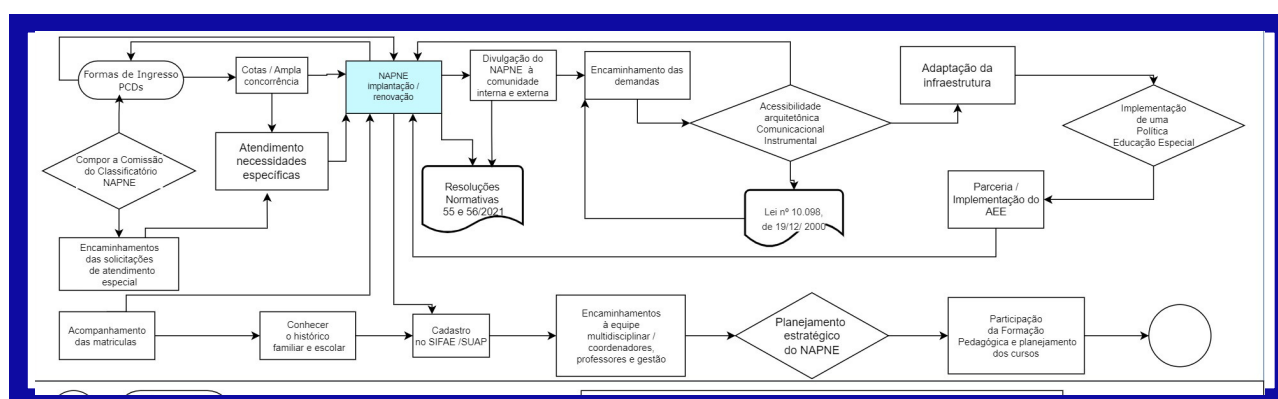
Figura 15 - Proposta de Fluxograma dos Processos do NAPNE no IFPI



Autôna. Elaborado pela autora, 2023

45

Figura 16 - Fluxograma o Acesso



Autoria: Elaborado pela autora, 2023

Fluxo do Acesso

O fluxo de ações e processos do NAPNE no IFPI em relação ao Acesso vai iniciar com o acompanhamento das formas de ingressos dos alunos com deficiência e necessidades específicas verificando as entradas por meio das ações afirmativas direcionadas às pessoas com deficiências e a entrada por meio da ampla concorrência, podendo para auxiliar ter representante do NAPNE na comissão dos Exames Classificatório e receber e enviar ao núcleo as demandas de solicitação de atendimento especial.

Segue o fluxo com o acompanhamento das matrículas e faça contato com a família para conhecer o histórico familiar e escolar do aluno. Fazer o cadastro no NAPNE podendo utilizar o SIFAE, SUAP e outros.

Encaminhar a relação dos novos alunos a toda equipe multidisciplinar, coordenações, professores e a gestão. O fluxo segue com o planejamento estratégico de ações e processos do NAPNE e finalizando as atividades relacionadas ao acesso com participação na formação pedagógica e nas reuniões de planejamentos dos cursos como forma de levar as primeiras orientações e encaminhamento dos discentes e de suas necessidades específicas.

Processos e Ações para o Acesso

No acesso, além da instituição está preparada para receber os novos ingressantes deve identificá-los e fazer o acolhimento desde o primeiro contato com o aluno como com sua família e planejamento das ações e orientações que possivelmente será necessário repassar aos professores, servidores e a gestão.

Nessa identificação pode ocorrer de duas formas:



- Durante a matrícula: para os ingressantes que foram aprovados pelas vagas das políticas de ações afirmativas destinadas para PCDs, ou ainda, aqueles que entraram pela ampla concorrência ou outro sistema de cotas, que se identificam como pessoas com deficiência ou necessidades específicas e apresentar o laudo;
- Durante o curso: onde pode ser identificado pelos professores, coordenadores, coordenação pedagógica, Psicóloga e equipe multidisciplinar ou outra pessoa da comunidade escolar a existência e/ou encaminhar para investigação de alguma necessidade educacional específica ou alguma deficiência.

O NAPNE já pode acompanhar os possíveis ingressantes desde o processo de Exame Classificatório da instituição com as demandas de solicitação de atendimento especial onde o candidato solicita atendimento especializado para os dias da prova e com a comissão local do Classificatório.

Para um melhor acompanhamento pode compor a Comissão do Classificatório um membro do NAPNE que auxiliará na demanda das solicitações de atendimento especial, e ainda, na divulgação das inscrições para o ingresso e principalmente na divulgação e orientação de inscrição para concorrer as vagas específicas para PCDs, suprimindo uma dificuldade frequentemente encontrada nos campi, onde se percebe que essas vagas não estão sendo preenchidas em sua totalidade ou ainda candidatos que fazem a inscrição em cotas que não se encaixam, impedindo-os de realizar a matrícula.

Com a efetivação da matrícula os procedimentos podem ser:

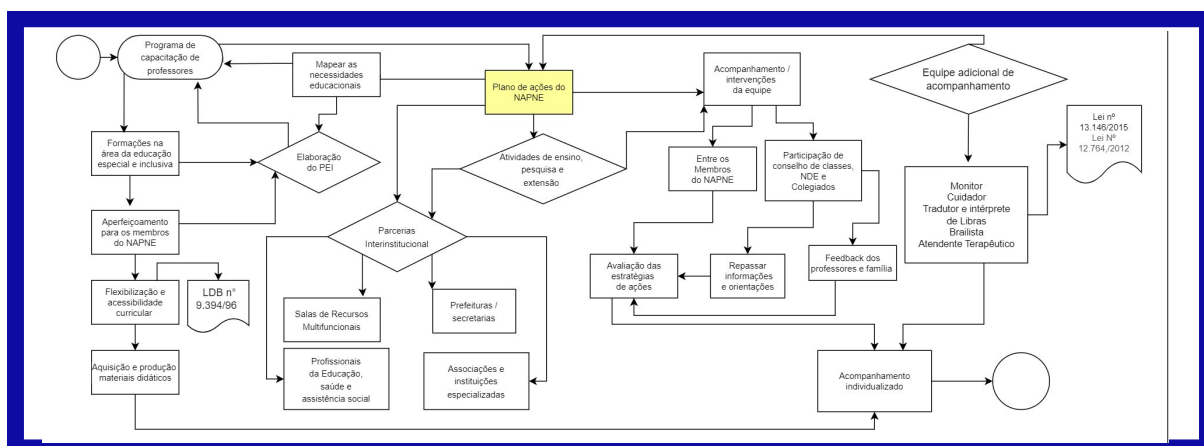
- O Controle Acadêmico deve fazer o encaminhamento dos alunos PCDs/ necessidades específicas para o NAPNE;
- O NAPNE entrar em contato com a família para conhecer o histórico familiar e trajetória escolar do aluno;
- Informar as coordenações, professores e gestão a relação dos novos alunos atendidos pelo núcleo;
- Participar da Formação Pedagógica para repassar orientações, informações e/ou palestras temáticas sobre inclusão;
- O NAPNE pode fazer o acolhimento do aluno na ambientação da turma;
- Fazer o estudo de caso individualmente e traçar o plano de ações do NAPNE;
- Elaborar junto com a equipe multidisciplinar e professores o PEI, dos alunos que necessitam e apresentar a família.

Após fazer todo o acompanhamento do acesso do aluno à instituição o NAPNE, deve elaborar o plano de ação, podendo contemplar as sugestões a seguir:



- Previsão de calendário para reuniões mensais com todos os membros e para reuniões pedagógicas com os professores;
- Realização de projetos de pesquisa e extensão;
- Ações, mobilizações e eventos nas datas comemorativas relacionadas aos públicos da inclusão;
- Atendimento as demandas de profissionais: intérpretes de Libras, cuidador, leitor, transcritor;
- Monitoria para acompanhamento individual dos discentes;
- Solicitação a gestão de ações de acessibilidade no campus ou de aquisição de equipamentos e tecnologias assistivas;
- Ações de acompanhamento individual de cada discente e/ou coletivo, caso precise intervenção na turma ou na instituição em geral;
- Criar / adotar instrumentos de acompanhamento e organização do trabalho do NAPNE.

Figura 17 - Fluxograma permanência



Autoria: Elaborado pela autora, 2023

Fluxo da Permanência

No fluxo da permanência inicia com a necessidade de criação de um programa de capacitação de professores com formações na área da educação especial e inclusiva e ainda com aperfeiçoamento para os membros do NAPNE. Seguindo o fluxo para elaboração do Plano de ações do NAPNE com o mapeamento das necessidades educacionais dos discentes, verificar se há necessidade de elaboração do PEI analisando a necessidade de flexibilização e acessibilidade curricular e aquisição e produção de materiais didáticos.



Dentre as ações pode-se realizar atividade de ensino, pesquisa e extensão. Verificar a necessidade de parcerias interinstitucionais com Salas de Recursos Multifuncionais, com prefeituras e secretarias de educação, profissionais da educação, saúde e assistência social e ainda com instituições e associação de pessoas com deficiências. Seguindo fluxo deve-se ser feita um acompanhamento e as intervenções da equipe dos membros do NAPNE fazendo avaliação das estratégias de ações, participação dos conselhos de classes, NDE e Colegiados para coletar e repassar informações e buscando o feedback dos professores e dos pais nas reuniões de pais e mestres. Deve-se verificar a necessidade de uma equipe adicional no acompanhamento individual do discente como monitor, cuidador, tradutor e intérprete de Libras, bilíngue e atendimento terapêutico.

Processos e Ações para a Permanência

O Plano Educacional Individual – PEI

Para ações de permanências vamos abordar alguns pontos importantes, iniciando com a necessidade de mapear as necessidades específicas de cada discente atendido no NAPNE e analisar se há a demanda de elaboração do plano educacional individual (PEI).

Smith (2008), define o PEI como um instrumento pedagógico, específico para o aluno, voltado às suas especificidades e construído colaborativamente, com a finalidade de estabelecer metas que podem ser de curto ou longo prazo levando em consideração os aspectos acadêmicos e funcionais do discente. Acrescenta que deve ser avaliado pelo mínimo de três vezes ao ano ou conforme a necessidade.

É importante esclarecer que não são todos os alunos com deficiências e necessidades específicas que precisam de acompanhamento através de um PEI, sendo, portanto, indicado para o discente que não está respondendo de forma satisfatória o currículo escolar e que mesmo com os esforços dos professores não está alcançando o desenvolvimento e aprendizagem necessários, e assim, necessita de uma intervenção direcionada às suas especificidades. (BARBOSA, 2019).

Oliveira e Francisco (2018), relatam que o PEI vem como uma proposta de direcionar os processos para implementação do planejamento, atividades e nortear que caminhos seguir. Deve-se articular com a proposta educacional da instituição escolar e ainda busca garantir a acessibilidade ao curricular.

Barbosa (2019), propõe em sua pesquisa os componentes que deve conter o PEI:



Figura 18 - Os componentes do PEI

IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDANTE	NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS
RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO (RC)	HABILIDADES, AFINIDADES, INTERESSES, DIFICULDADES
QUESTÕES ORIENTADORAS PARA ELABORAÇÃO	OBJETIVOS E METAS
Qual a idade do estudante quando ingressou na escola e quais as escolas que já frequentou? Há quanto tempo está na escola atual? Houve reprovação por baixo rendimento ou por baixa frequência? Em quais disciplinas? Recebeu atendimento educacional especializado nas escolas superiores? Já precisou de compatibilidade curricular? Sim, o que? Como foi avaliado? Preciso fazer uso de materiais de apoio? Sim, o que? Já frequentou sala de recursos multifuncionais? Residir com uma família? Como é formada uma família? Tem cuidado? Como é o relacionamento do estudante com os demais membros da família? Possui um diagnóstico? Se sim, qual, atestado por quem e qual dado foi emitido? Receber ou receber acompanhamento de algum especialista? Se sim, qual é por quanto tempo? Faz ou já fez uso de medicamentos? Se sim, qual é por quanto tempo? Interage bem? Comunica-se bem? Locomove-se bem? Tem autonomia para as atividades motoras?	METODOLOGIAS E MATERIAIS DE APOIO (TECNOLOGIAS ASSISTIVAS)
	CRITÉRIOS E MÉTODOS DE AVALIAÇÃO
	REVISÃO E REFORMULAÇÃO DO PEI

Fonte: Adaptado de Barbosa (2019), 2023.

Dica de modelo do PEI: <<https://sor.ifsp.edu.br/index.php/últimos/87-artigos-arquivados/655-plano-educacional-individualizado-napne>>

Dentre outras ações que podem ser executadas para a permanência e para mobilização e conscientização para inclusão das pessoas com deficiências são as datas alusivas e comemorativas na área da inclusão. Importante não só desenvolver ações nas datas internacionais e nacionais, mas também nas datas estaduais e municipais, objetivando um ampliar o debate sobre a inclusão de diversos tipos de deficiências e auxiliando para sua inclusão. Para Tomazzetti e Palauro (2016), as datas comemorativas são tradicionalmente comemoradas nas escolas e fazem parte da tradição e costumes. São datas que fazem alusão a eventos históricos, culturais de representação de um povo.

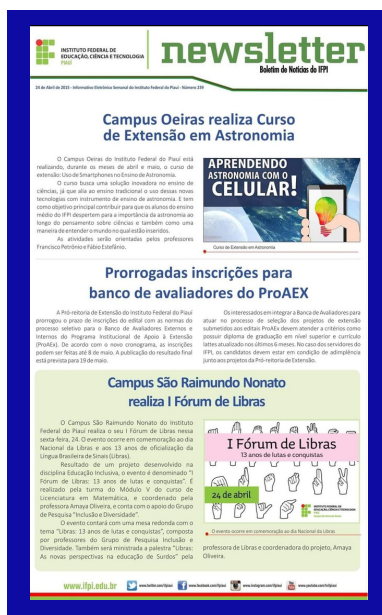
Uma ação muito comum nos campi pesquisados é a realização de extensões, como eventos com a temática da inclusão e alusivos às datas comemorativas. Percebeu que o campus São Raimundo Nonato, realizou alguns eventos para difusão e sensibilização a partir das datas comemorativas, como Dia Nacional da Libras, Dia Internacional das pessoas com deficiências e Dia Mundial de Conscientização do Autismo. Importante enfatizar que a realização de eventos em parcerias com instituições e associações de pessoas com deficiências fortalece a ação por unir forças em prol da inclusão.

Memórias Recentes das Ações Inclusivas no IFPI - Campus São Raimundo Nonato

Em 2015, teve o evento I Fórum de Libras: 13 anos de lutas e conquistas, com a finalidade de comemorar o Dia Nacional da Libras e difundir a língua como meio de comunicação e expressão das comunidades surdas.

O evento foi o primeiro abordando a temática da inclusão, especificamente sobre a Língua Brasileira de Inclusão e a educação de surdos, e uma forma de trazer as pessoas com e sem deficiências para conhecer a instituição. Na figura abaixo tem o newsletter boletim de notícias do IFPI com a divulgação do evento.

Figura 19 - Divulgação do I Fórum no Boletim de Notícias



Fonte: Boletim de notícias do IFPI, 2015.

Figura 20 - Evento: I Fórum de Libras: 13 anos de lutas e conquistas



Fonte: acervo do NAPNE São Raimundo Nonato, 2015.

Em 2016, também em alusão ao Dia Nacional da Libras foi realizado o II Fórum de Libras: Perspectivas da Educação de Pessoas Surdas na Sociedade Contemporânea que teve como objetivo geral consolidar um espaço fértil que possibilite a popularização da Língua Brasileira de Sinais, bem como promover reflexão acerca das possibilidades no que diz respeito à inclusão social de pessoas surdas na microrregião de São Raimundo Nonato. Como objetivos específicos teve: despertar o interesse da comunidade local para o aprendizado de Libras; popularizar a prática de Libras entre pessoas surdas e ouvintes; despertar a consciência da sociedade para a necessidade de promover a acessibilidade das pessoas surdas e promover discussões enfatizando a língua, a cultura e a identidade dos surdos.



As atividades foram mesa redonda, palestras e depoimentos de famílias de pessoas com deficiências, a palestra principal foi sobre Desafios da educação das pessoas surdas na sociedade contemporânea.

Figura 21 - Evento II Fórum de Libras



Fonte: Acervo do NAPNE São Raimundo Nonato, 2016.

No ano de 2017 foi realizado o I Seminário de Libras do Território da Serra da Capivara, nos dias 09 e 10 de março, o evento foi contemplado pelo Programa Institucional de Apoio à Extensão - ProAEx/IFPI sendo o edital de Eventos de Extensão Acadêmica no 67/2015 – PROEX/IFPI do Subprograma Promoção de Eventos de Extensão Acadêmica. Destaca-se esse seminário como dos mais importantes da área da Libras, realizado pelo campus, devido a abrangência que era voltado a todos os municípios que fazer parte do Território da Serra da Capivara. Outro ponto relevante, foi palestras e minicursos sendo proferidos por pessoas surdas. O evento também recebeu professores e alunos de outros campi do IFPI e para promover acessibilidade comunicacional teve a presença de intérprete de Libras.

De acordo com o projeto do I Seminário de Libras do Território da Serra da Capivara (2015), esse evento surgiu como uma proposta de democratizar o acesso a Libras, para modificar uma realidade marcada pelo isolamento numa sociedade local que historicamente as pessoas surdas viveram. No local, a educação de surdos ainda é um desafio com inúmeras dificuldades enfrentadas pelos professores quando se deparam com um aluno surdo em sala de aula e há uma escassez de profissionais com domínio suficiente na Língua de Sinais. O projeto acrescenta ainda a inexistência de profissionais com estratégias para o ensino de surdos e uma visão errônea sobre a surdez, sua identidade e sua cultura.



Figura 22 - Logomarca do I Seminário de Libras do Território da Serra da Capivara



Fonte: Acervo pessoal, 2017.

A logomarca criada para o evento, onde apresenta uma imagem com fundo da Pedra Furada (um dos principais pontos turísticos e cartão postal do Parque Nacional Serra da Capivara), iluminada pelo sol, dando ênfase a caatinga e o sertão, e com o símbolo da acessibilidade em línguas de sinais acima da imagem. A logomarca representa a busca por um território mais acessível e inclusivo para as pessoas surdas. A problemática da comunidade local diante a educação de surdos e ao conhecimento da língua é bem evidente, e assim, justificando uma proposta que desperte nos educadores, estudantes e todos que compõem a equipe escolar, o interesse e possam perceber a importância da Libras no contexto educacional.

Figura 23 - Evento I Seminário de Libras do Território da Serra da Capivara



Fonte: Acervo pessoal, 2017.



No município de São Raimundo Nonato, foi sancionado a Lei 05/2019 que estabelece o Dia Municipal das Pessoas com Deficiências, dia 15 de setembro, data esta solicitada pelo Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das pessoas com deficiências. Na Lei consta que na semana que antecede o dia 15, deve ser feita uma semana da acessibilidade. Dando continuidade ao evento da Semana da Acessibilidade, em 2020, foi realizado II Semana de Acessibilidade: Direito à saúde em tempos de pandemia, projeto aprovado pelo edital nº84/2020, PIBEX online. O evento teve como objetivo geral discutir a acessibilidade à saúde como um direito e prioridade as pessoas com deficiências em momentos de pandemia, como também difundir orientações sobre os cuidados à saúde, por meios de palestras pela plataforma de vídeo Youtube e lives pela rede social Instagram sobre os aspectos relacionados a saúde e os cuidados que as pessoas com deficiências e seus cuidadores devem ter para combate do corona-vírus, e com a higienização das órteses, próteses, cadeiras de rodas dentre outros recursos utilizados de tecnologia assistiva ou não.

Figura 24 - Entrega de Kits na Sala de Recursos Multifuncionais



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Em 2021, em parceria com as associações e o Conselho Municipal de defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiências, foi realizado de forma virtual a III Semana de Acessibilidade: Direito à Educação em tempos de pandemia, ainda no momento de pandemia, em que as aulas ainda estavam suspensas funcionando de forma remota. Assim, o evento teve como objetivo orientar as escolas e profissionais da educação quanto a inclusão dos alunos com deficiências nas aulas remotas. O evento ocorreu por meio de lives e vídeos divulgados nas redes sociais.

Em 2022 foi feito a I Jornada de Conscientização do Autismo: Lugar de Autista é em todo Lugar. Esse evento realizado pela Associação de Amigos dos Autistas do Território da Serra da Capivara – AMA-TE em alusão ao dia da Conscientização do Autismo, que é celebrado dia 02 de abril, tendo o NAPNE/IFPI São Raimundo Nonato, e outras instituições também na organização. A I Jornada teve atividades durante todo o mês de abril, sendo palestras, rodas de conversas, lives, dentre outras. O tema da jornada foi “Lugar de Autista é em todo lugar”, aderindo à Campanha Nacional da Revista Autismo e do Instituto Mauricio de Sousa. A abertura da Jornada teve início no dia 02 de abril de 2022, com duas mesas redondas a primeira “Compartilhando experiências de vida” com depoimentos de um professor autista, e mães, e a segunda com o título Lugar de Autista é em todo lugar: a importância da associação na garantia dos direitos dos autistas em todos os lugares, e com uma programação paralela direcionada as crianças autistas denominada Viagem Literária inclusiva: conhecer para aprender, com contação de histórias, teatro de fantoches e um circuito inclusivo com atividades recreativas, sendo conduzida por uma equipe multidisciplinar.

Figura 25 - Logo da Jornada de Conscientização do Autismo



Fonte: AMA-TE, 2021.

Figura 26 - Palestra: Jornada de Conscientização do Autismo



Fonte: AMA-TE, 2022.

Figura 27 - Palestra :Jornada de Conscientização do Autismo



Fonte: AMA-TE, 2022.



Calendário Inclusivo

MÊS	IDENTIFICAÇÃO	LEGISLAÇÃO
JANEIRO:	04 – Dia Mundial do Braille.	Resolução aprovada por Assembleia Geral da ONU em 17 de dezembro de 2018
FEVEREIRO:	25 - Dia Internacional do Implante Coclear	Data instituída pela Associação Internacional de Usuários de Implantes Cocleares a partir de 2005
	29 – Dia Mundial das Doenças Raras. bissextos, dia 28/02 nos outros anos)	Lei 13.693, de 2018
MARÇO:	11 – Fundação Dorina Dorwill para Cegos	Data da criação da Fundação para o Livro do Cego do Brasil a partir de 1946
	21 – Dia Internacional da Síndrome de Down.	Resolução aprovada por Assembleia Geral da ONU em 19 de dezembro de 2011(A/RES/66/149)
ABRIL:	02 – Dia Mundial da Conscientização sobre o Autismo.	Resolução aprovada por Assembleia Geral da ONU em 18 de dezembro de 2007
	02 - Dia Nacional da Conscientização sobre o Autismo.	Lei 13.652/2018
	08 – Dia Nacional do Sistema Braille	Lei 12.266/2010
	23 – Dia Nacional da Educação de Surdos	*
	24 -Dia Nacional da Libras	Lei 13.055/2014
MAIO:	07 - Dia Nacional da Saúde Ocular e Prevenção à Cegueira	Portaria do Ministério da Saúde 389, de 13 de abril de 1989
	18 – Dia Nacional da Luta Antimanicomial;	*
	26 – Dia Nacional do Combate à Cegueira pelo Glaucoma.	Lei 10.456, de 2002
	Terceira quinta-feira - Dia Mundial de Conscientização sobre a Acessibilidade	Data cunhada no ano de 2012 por Joe Davon e Jennison Asuncion
JUNHO:	18 – Dia do Orgulho Autista;	*
	27 – Dia Internacional do Surdocego.	*
	21 - Dia Nacional de Luta Contra a Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA)	Lei 13.471, de 2017
AGOSTO	08 - Dia Nacional da Pessoa com Atrofia Muscular Espinhal (AME)	Lei 14.062, de 2020
	10 - Dia Internacional da Superdotação	*
	22 – Dia da Pessoa com Deficiência Intelectual;	*
	21 a 28 – Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla;	Lei nº 13.585 de 26 de dezembro de 2017
	30 - Dia Nacional de Conscientização sobre a Esclerose Múltipla	Lei 11.303/2006



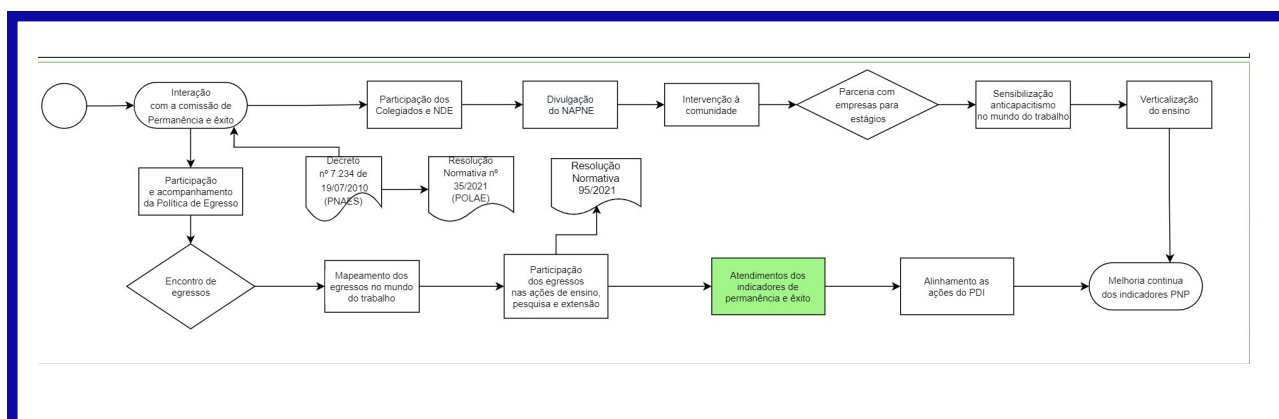
Roteiro de Atividades



Sugestões de ações e processos para datas comemorativas

- Criar um plano das ações para datas comemorativas;
- Definir o propósito e as ações que serão realizadas a cada mês;
- Pode ser priorizado as datas que mais identificam o perfil de discente do campus;
- Aproveitar as datas para sensibilizar e difundir sobre a área em alusão;
- Promover campanhas de sensibilização;
- Realização de palestras, oficinas, rodas de conversas, workshop, seminários dentre outros;
- Panfletagem e conscientização nos espaços formais e não-formais;
- Visitas técnicas externas e visitas ao campus;
- Projetos de ensino, pesquisa e extensão;
- Divulgação e sensibilização nas mídias digitais e redes sociais;
- Distribuição de materiais de sensibilização nos murais e salas de aulas da instituição e nas escolas externas;
- Convidar pessoas com deficiências para falar de sua vivência e experiências;
- Realizar vivências inclusivas;
- Produzir materiais didáticos-pedagógicos para doação a escolas e instituições de pessoas com deficiências;
- Realização de caminhadas de conscientização;
- Parcerias e apoio a eventos externos;
- Eventos esportivos, gincanas, campeonatos;
- Elaboração de cartilhas informativas e educativas;
- Criação de grupos de pesquisa e estudos;
- Ações coletivas com outros NAPNEs no IFPI;
- Cinema Inclusivo com exibições de filmes.

Figura 28 - Êxito



Autoria: Elaborado pela autora, 2023

A inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho é assegurada legalmente na Lei Brasileira de Inclusão descrita no capítulo VI, do direito ao trabalho, em seu artigo 37, que a inclusão da pessoa com deficiência no trabalho deve-se ser favorecido a igualdade de oportunidades com as demais pessoas sem deficiências, tanto nos termos trabalhistas como previdenciária. Devem ser asseguradas as normas de acessibilidades e adaptações e fornecimentos dos recursos de tecnologias assistivas necessárias para auxiliar o trabalhador no desempenho pleno de suas faculdades laborais. A lei acresce ainda em seu parágrafo único que para colocação de forma competitiva em iguais condições devem observar algumas diretrizes:

- I - prioridade no atendimento à pessoa com deficiência com maior dificuldade de inserção no campo de trabalho;
- II - provisão de suportes individualizados que atendam a necessidades específicas da pessoa com deficiência, inclusive a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva, de agente facilitador e de apoio no ambiente de trabalho;
- III - respeito ao perfil vocacional e ao interesse da pessoa com deficiência apoiada;
- IV - oferta de aconselhamento e de apoio aos empregadores, com vistas à definição de estratégias de inclusão e de superação de barreiras, inclusive atitudinais;
- V - realização de avaliações periódicas;
- VI - articulação intersetorial das políticas públicas;
- VII - possibilidade de participação de organizações da sociedade civil.

Outro desafio encontrado na inclusão das pessoas com deficiências no trabalho é o capacitismo que ainda é presente nas instituições e empresas e que dificulta a contratação dessas pessoas.

Capacitismo é o termo usado para o preconceito com as pessoas que possuem deficiências. Nomear e conceituar um preconceito específico a determinados povos como aos deficientes é importante porque coloca-os em discussão, uma vez que eles permanecem sendo difundidos pela sociedade sob o pretexto de falta de informação. Assim, é importante dar nome ao preconceito e tirá-lo da categoria de opinião pessoal, das piadas, brincadeira que são feitas as pessoas com deficiências e direcioná-los a categoria do direito, que se enquadra na categoria de crime. (LORETO, 2021).

O autor acrescenta que nomear e criminalizar o preconceito deve-se ocorrer para remover da naturalidade quaisquer ações que se configuram como forma de opressão e discriminação por causa de sua condição. Neste contexto, o preconceito às pessoas com deficiências foi denominado de Capacitismo. (LORETO, 2021).



O Capacitismo é a opressão e o preconceito contra as pessoas que possuem algum tipo de deficiência, o tecido de conceitos que envolve todos que compõem o corpo social. Ele parte da premissa da capacidade, da sujeição dos corpos deficientes em razão dos sem deficiência. Acredita que a corporalidade tange à normalidade, a métrica, já o capacitismo não aceita um corpo que produza algo fora do momento ou que não produza o que creditam como valor. Ele nega a pluralidade de gestos e de não gestos, sufoca o desejo, mata a vontade e retira, assim, a autonomia dos sujeitos que são lidos como deficientes. O termo da eficiência aqui percorre a partir da ideia do que se entende como ser eficiente. Se vivemos em um sistema capitalista em que sua existência depende da desigualdade social, subjetiva e substancial, o Capacitismo se nutre na lei do mais eficiente para domar e inviabilizar esses corpos que podem ter um ritmo de eficiência, se possui um rótulo de ineficiente, incapaz, assim o é. (Marco, 2020 p.18).

Para Guerra (2021), o termo capacitismo está sendo mais utilizado nos movimentos sociais, mas o seu significado e suas implicações não estão sendo abordados em complexidade. É importante identificar como o capacitismo se manifesta no mundo do trabalho, para que sejam desenvolvidas ações que acabem com o preconceito.

No quadro a seguir apresenta-se reflexões sobre o Capacitismo no mundo do trabalho.

REFLEXÕES SOBRE O CAPACITISMO NO MUNDO DO TRABALHO	
Não contratação da pessoa em decorrência de sua deficiência;	
Contratação apenas como preenchimentos de cotas exigidas por lei, e não dando condições e adaptações para exercer o trabalho;	
Oferta de vagas de “subempregos”, com funções inferior a formação e capacidade da pessoa;	
Não acreditar na capacidade laboral da pessoa com deficiências;	
Não promover acessibilidade na empresa;	
Pagar um salário inferior a de outros funcionários com a mesma função;	
Tratar a pessoa com deficiência como “um super-herói” por executar seu trabalho rotineiro;	
Expressar atitudes e utilizar termos pejorativos para se referir a pessoa com deficiência.	





10 PASSOS PARA SER UMA INSTITUIÇÃO INCLUSIVA

1. Faça da inclusão o princípio norteador da instituição;
2. Fortaleça as políticas de ações afirmativas e a formação do discente para profissionalização para o mundo do trabalho e verticalização do ensino;
3. Implementar uma política de educação especial e implantação do AEE junto ao NAPNE;
4. Favoreça a inclusão desde o acesso, a permanência e o êxito;
5. Propiciar Acessibilidade em todas as suas dimensões;
6. Implementar um programa de formação contínua para todos os servidores na área da inclusão;
7. Buscar parcerias com profissionais de salas de recursos multifuncionais, secretarias, prefeituras, instituições de defesa dos direitos e associações de pessoas com deficiências;
8. Conheça o seu aluno e as suas necessidades educacionais específicas;
9. Atue em parceria com a família e seja parte de uma rede de apoio;
10. Faça sua parte no processo de inclusão, desde o acesso, permanência e êxito.

CAPÍTULO 6: PROPOSTA DE PROJETOS FUTUROS

Para implementar esse Manual no IFPI de forma mais efetiva, propõe-se um curso de Extensão, como egressa do mestrado. Primeiramente, em um formato de projeto guarda-chuva como proposta piloto a ser realizada em dois campi: São Raimundo Nonato e Parnaíba. A seleção e escolha ocorreu devido as pesquisadoras serem provenientes destes campi. Após o término do curso, será reavaliado e aprimorado o enfoque do curso e oferecido aos campi que aderirem o projeto, podendo ainda ser proposto a outros Institutos Federais. O projeto oportunizar o aprimoramento contínuo do manual.

Proposta Projeto Guarda-chuva: Formação para utilização do Manual de Implementação dos Processos e Ações do NAPNE no IFPI

- **Título do Projeto:** Formação para utilização do Manual de Implementação dos Processos e Ações do NAPNE no IFPI
- **Campi Piloto:** Parnaíba e São Raimundo



Carga Horária: 40 horas.

Modalidade: Híbrido.

Dados do Projeto

Início da Execução:

Término da Execução:

Foco Tecnológico: Inclusão e Tecnologias Assistivas.

Possui cunho social: Sim.

Área Temática: Inclusão e Tecnologias Assistivas.

Possui cunho social: Sim.

Tema: Educação.

Tema: Educação Inclusiva e Diversidade.

Figura 29 - Capa do Projeto Guarda-chuva



Autoria: Elaboração própria, 2023.

Descrição do Projeto

Resumo: Este projeto configurado no formato Guarda-chuva contempla uma formação a nível de extensão para utilização do Manual de Implementação do Processos e Ações do NAPNE no IFPI que foi elaborado como resultado da pesquisa do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Piauí, PROFEPT do Campus Parnaíba da dissertação intitulada Memórias, Histórias e Processos do NAPNE: Fomento das Políticas de Inclusão como Estratégia de Acesso, Permanência e Êxito dos Discentes no IFPI tendo como orientadora a Dr^a Jalva Lília Rabelo de Sousa. Este Manual foi elaborado a partir de uma pesquisa através de um estudo multicasos em que foi pesquisado 05 (cinco) campi do IFPI: Corrente, Paulistana, São João do Piauí, São Raimundo Nonato e Uruçuí. Tem como objetivo geral realizar uma formação para utilização deste produto educacional, como objetivos específicos organizar os Espaços Pedagógicos do NAPNE na Educação profissional e tecnológica, sistematizar os processos e ações do NAPNE para inclusão das pessoas com deficiências e necessidades específicas no acesso, permanência e êxito. A metodologia será através de discussão teórica sobre história e memórias da educação especial e inclusão no Institutos Federais, discussão de estudos de casos de discentes público do NAPNE, através de grupo focal e aplicação do Fluxograma dos Processos e Ações do NAPNE no IFPI.



Objetivo Geral: Realizar uma formação para utilização do Manual de Implementação do Processos e Ações do NAPNE no IFPI.

Metodologia da execução do projeto: O curso será ministrado em formato híbrido que será executado em 3 etapas:

- Discussão teórica sobre história e memórias da educação especial e inclusão no Institutos Federais;
- Proposição de elaboração e discussão de estudos de casos de discentes público do NAPNE, através de grupo focal;
- Aplicação do Fluxograma dos Processos e Ações do NAPNE no IFPI.

Acompanhamento e avaliação do projeto durante a execução: Para acompanhamento e avaliação do projeto será feito por meio de atividades e participação das sessões do grupo focal e assiduidade.

Resultados Esperados e Disseminação dos Resultados: Espera-se que os gestores, membros do NAPNE, comunidade interna e externa utilizem o Manual e que auxiliem no processo de inclusão no acesso, permanência e êxito dos alunos com deficiências e necessidades específicas.

Caracterização dos Beneficiários

Público	Quantidade Prevista de Pessoas a Atender	Descrição do Público
Gestão	10	Diretores e coordenadores
Membros do NAPNE	10	Membros do NAPNE dos campi de Parnaíba e São Raimundo Nonato.
Equipe multiprofissional	10	Equipe multiprofissional interna
Parcerias interinstitucionais	10	Profissionais da educação, AEE, e representante de Associações de pessoas com deficiências.



REFERÊNCIAS

AZEVEDO. Fluxograma como ferramenta de mapeamento de processo no controle de qualidade de uma indústria de confecção. Congresso Nacional de excelência em gestão. Disponível em: https://www.inovarse.org/sites/default/files/T16_M_024.pdf. Acesso em maio/2023.

BARBOSA, V. B. Conhecimentos necessários para elaborar o Plano Educacional Individualizado. Tese de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG), Campus Rio Pomba, MG, 2019. Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/570204/2/Produto%20Educacional.pdf>.

Acesso em: 25 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRASIL. Ministério da Educação. Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Brasília, DF: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”, 2013b

CARVALHO, EQ; CAVALCANTI, RJ de S. Inclusão na Educação Profissional e Tecnológica: uma abordagem emancipatória do Trabalho como Princípio Educativo. Investigação, Sociedade e Desenvolvimento, [S. l.], v. 9, n. 5, pág. e115953219, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i5.3219. Disponível em:

<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/3219>. Acesso em: 12 jul. 2023..

COSTA, D. S.; SCHMIDT, C. Plano Educacional Individualizado para Estudantes com Autismo: uma análise conceitual. Cadernos de Educação, n. 61, 2019. Disponível em:. Acesso em: 22 set. 2022.

COUTINHO. Como fazer fluxogramas para melhorar seus processos e otimizar seu negócio. Blog Voitto, 2020. Disponível em:

<https://www.voitto.com.br/blog/artigo/fluxograma>. Acesso em dezembro/2021

EQUIPE INCLUSIVE. Relacionamento conceitual: dimensões de acessibilidade, barreiras, práticas e exemplos – Inclusive – Inclusão e Cidadania. Disponível em: <https://www.inclusive.org.br/arquivos/32187>. Acesso em: 3 jul. 2023.

FERREIRA, RS; GLAT, R. A gestão da educação inclusiva: desafios e possibilidades. São Paulo: Cortez, 2018.

GLAT, Rosana; VIANNA, Márcia Marin; REDIG, Annie Gomes. Plano Educacional Individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente. Ci. Huma. e Soc. em Rev., RJ, EDUR, v. 34, n. 12, p. 79-100, 2012. Disponível em: https://www.eduinclusivapesquerj.pro.br/images/pdf/GLAT_VIANNA_REDIG_Artigo_semperiodicos_2012.pdf. Acesso em 25 de julho de 2023.

GOMES, F. M. M. et al. Mapeamento do fluxo de trabalho: Engenharia Clínica do HCFMRP-USP. Revista de Medicina USP, v. 48, p. 41-47, 2015.

GRIBOSKI, C. M.; ALVES, OLIVEIRA; D., SILVEIRA, S. M.; FUNGHETTO, S. S. Referencias de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Brasília: MEC/INEP, 2013. Disponível em: http://www.ampesc.org.br/_arquivos/download/1382550379.pdf, Acesso: 21/07/2023.

HARDOIM; E. L.; GOMES, G. R. N. S.; MAUSILLA, D. E. P.; HARDOIM, T. F. L. Repensando o ensino de ciências naturais à luz da educação inclusiva. Cuiabá: UFMT; MEC, 2017.

LUCKESI, CC A escola inclusiva: desafios, impasses e possibilidades. São Paulo: Summus, 2008.

MANTOAN, MTE Inclusão escolar: o que é? Porque? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2010.

MANUAL PEDAGÓGICO SOBRE OS PARADIGMAS DA INCLUSÃO E NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/572324/2/MANUAL%20PEDAG%C3%93GICO.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2023.

MARÍLIA ESTEVÃO. O IBC e a educação de cegos no Brasil. 2019. Disponível em: <http://antigo.ibc.gov.br/a-criacao-do-ibc>. Acesso em: 14 jul. 2023.

MARINO, L. H. F. C. Gestão da qualidade e gestão do conhecimento: fatores- chave produtividade e competitividade empresarial. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DA PRODUÇÃO, 13. , 2006, São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: UNESP, 2006. p.1-9. Disponível em: . Acesso em: 18 jun. 2020.

MIRANDA, A. A. B. História, Deficiência e Educação Especial. Reflexões desenvolvidas na tese de doutorado: A Prática do Professor de Alunos com Deficiência Mental, UNIMEP, 2003.

OLIVEIRA, C. M. N. de; FRANCISCO, P. R. C. Cadernos de Aplicação, Porto Alegre, v. 34, n. 2, 2021. DOI: 10.22456/2595-4377.114030. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/114030>>. Acesso em: 22 O plano educacional individualizado em contexto de pandemia. 2022.

PEREIRA. DÉBORA, M.; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE CENTRO DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO ANÁLISE DOS EFEITOS DE UM PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO NO DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO E FUNCIONAL DE UM ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO. 2014. Disponível em:

https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/14582/1/DeboraMP_DISSERT.pdf.

PLETSCH, Márcia Denise; GLAT, Rosana. A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado. Linhas Críticas, vol. 18, núm. 35, enero-abril, pp. 193-208, 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193523804012>. Acesso em: 25 de julho de 2023.

RONCAGLIO, SM; OLIVEIRA, SS Adaptações curriculares e metodológicas: reflexões e práticas na educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2019.

SANCHES, I.; TEODORO, A. Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. Revista Lusófona de Educação, Lisboa, v. 8, n. 8, p. 63- 83, jul. 2006.

SANTOS, M. P. Educação Inclusiva: redefinindo a Educação Especial. Ponto de Vista, Florianópolis, n. 3/4, p. 103-118, 2002.

SILVA, Maria das Graças Martins da ; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Acesso nas políticas da educação superior: dimensões e indicadores em questão. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 18, n. 3, p. 727–747, 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/aval/a/S7nJrFjwknrbSPgxQMfXZwf/abstract/?lang=pt#>

SMITH, Deborah Deutsch. Introdução à Educação Especial: Ensinar em tempos de inclusão. São Paulo: Artmed, 2008. Tradução M.A. Almeida. SOUSA, Karina Cardoso de. O NAPNE e o processo de inclusão no ensino técnico profissionalizante no IFPI Campus Teresina Zona Sul. 135 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - IFPI, Parnaíba, 2021.

SOUZA, V. .; COSTA, R. L. .; FERREIRA, E. W. .; SANTOS, V. .; MELLO, G. . . PESQUISAS REALIZADAS NO MESTRADO PROFEPT SOBRE ACESSO E PERMANÊNCIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (Pcd). ENCICLOPEDIA BIOSFERA, [S. l.], v. 18, n. 38, 2021. Disponível em:

<https://www.conhecer.org.br/ojs/index.php/biosfera/article/view/5396>. Acesso em: 10 jun. 2023.

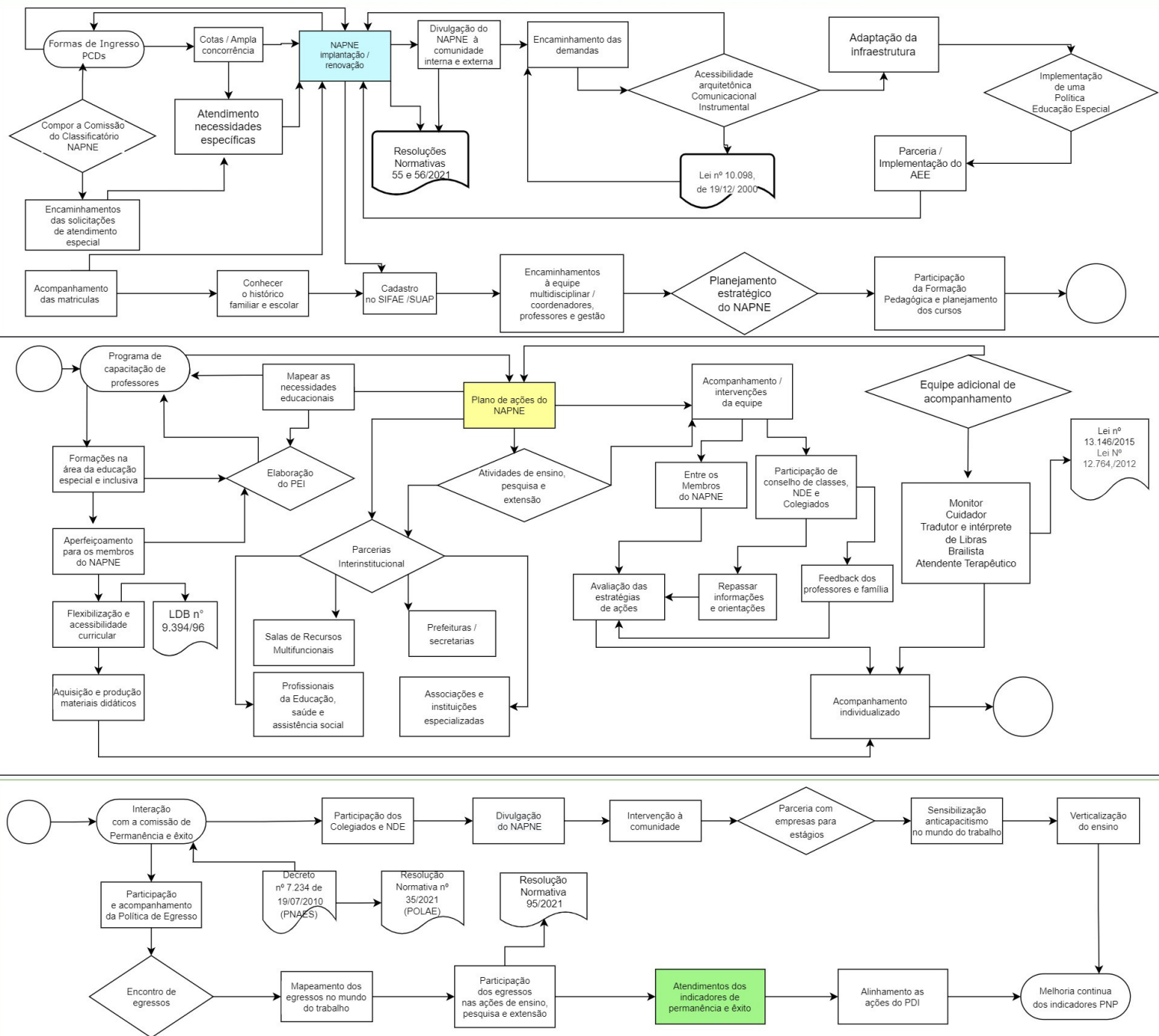
TOMAZZETTI, Cleonice M.; PALOURO, Marisa M. Datas comemorativas na Educação Infantil: quais sentidos na prática educativa? Crítica Educativa, Sorocaba, v. 2, n. 2, p. 150-164, jul./dez. 2016. Acesso dia 25 de julho disponível em: [h](https://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/download/87/229/605)

<https://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/download/87/229/605>

VOLPATO, F. B.et al. Mapeamento de processos: um estudo de caso em uma indústria de produção de fios singelos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 31., 2011, Belo Horizonte. Anais eletrônicos... Minas Gerais: ENEGEP, 2011. Acesso em: 29 abr. 2020.

Apêndice A

PROPOSTA DE FLUXOGRAMA DOS PROCESSOS DO NAPNE NO IFPI



NOTAS SOBRE AS AUTORAS

Amaya de Oliveira Santos



Possui graduação em Pedagogia, Ciências Biológicas e Letras Libras, especialista em Língua Brasileira de Sinais e Educação Especial, Especialização em Educação Especial – Formação Continuada de Professores para o Atendimento Educacional Especializado – AEE, dentre outras. Professora de disciplinas pedagógicas e Libras do IFPI São Raimundo Nonato, atualmente é coordenadora do NAPNE.

“Abordar sobre minha trajetória profissional e acadêmica é um momento de reflexão sobre todo um percurso trilhado ao longo de um caminho de desafios e realizações, que me levou a atuar na área de inclusão das pessoas com deficiências. E essa minha trajetória na inclusão perpassa também por ações na comunidade e associações, sendo sócia-fundadora da Associação Sul-Piauiense de Deficientes Visuais (ASPIDEV) em 2010; voluntária na Associação Sanraimundense de Deficientes Físicos – (ASADEF); conselheira do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiências – COMUDE. E tendo em 29 de agosto de 2020, como idealizadora, junto com um grupo de pais e amigos, fundado a Associação de Amigos dos Autistas do Território da Serra da Capivara (AMA-TE). Com muito orgulho que venho também contribuir com a inclusão na educação profissional e tecnológica voltada às pessoas com deficiências e necessidades específicas, desde o acesso, a permanência e o êxito”.

Jalva Lília Rabelo de Sousa



Possui Bacharelado em Administração e Licenciatura em Letras, mestrado e doutorado em Administração de Empresas. É avaliadora ad hoc de cursos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, docente efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - campus Parnaíba do eixo gestão e negócios. É coordenadora e docente do mestrado PROFEPT (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica) da linha de pesquisa de Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Tem experiência em publicações na área de Administração e Ensino com ênfase em: organização e memórias, EPT, NAPNE, educação inclusiva, gestão pública, empreendedorismo, planejamento, gestão estratégia de instituição de ensino públicas/privadas e avaliação institucional.



Poema

Trajetória Inclusiva

De uma trajetória marcada pela exclusão	Ofertando educação, reabilitação e
Sem acesso à educação	capacitação
num tempo sombrio de escuridão	
Sem nenhum direito a inclusão	Com o avanço, veio o direito a educação
	ao acesso à escola regular
As escolas sempre diziam, que não o	Da segregação passa-se para integração
recebia	Integrar não é ainda o ideal
“que não estavam preparados”	Busca-se então a real inclusão
E as portas não se abriam	
E novamente desamparados sentiam	A inclusão é direito constitucional
	É respeito à diversidade
Passou para um período de segregação	É a evolução da escola tradicional
E assim, veio a criação	O avanço da luta em prol da equidade
De escolas especiais	
Um importante passo para um caminho	Que a inclusão seja efetivada
pela inclusão	Desde o acesso
	A permanência..
A origem do INES e IBC	Que as portas se abram para inclusão
Deu-se o início de uma escolarização	Não perpetuando a exclusão
Com um olhar clínico e assistencialista	E firmando esse processo com o êxito
Às pessoas surdas e com deficiência visual	O sucesso e a inclusão.
No período imperial Brasileiro	

Autora: Amaya Oliveira

